



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRYELLA FREITAS DOS SANTOS

CONSENSO DE PEQUIM: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO?

Santana do Livramento

2014

GABRYELLA FREITAS DOS SANTOS

CONSENSO DE PEQUIM: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de **Relações Internacionais** da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Carletti.

Santana do Livramento

2014

GABRYELLA FREITAS DOS SANTOS**CONSENSO DE PEQUIM: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: __/__/__.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Anna Carletti.
Orientadora
UNIPAMPA

Prof.Msc. Rafael Balardin
UNIPAMPA

Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt
UNIIPAMPA

Aos meus amados pais e a toda a minha família, que com muito carinho e apoio sempre acreditaram em mim e confiaram nas minhas escolhas.

Dedico também à minha orientadora, que me transmitiu tranquilidade e segurança para realizar mais uma conquista da vida acadêmica. Compartilho com ela o êxito da conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Os meus mais sinceros agradecimentos a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Anna Carletti, obrigada pela paciência e pela orientação prestada que foi fundamental para a realização desta monografia. Agradeço-a pela amizade e por ter sido tão generosa e atenciosa comigo, dando-me incentivo para tornar possível a concretização desta monografia. Sempre foi uma referência para mim dentro da universidade e me sinto honrada por ter sido sua orientanda.

Agradeço também aos professores da UNIPAMPA, pela minha formação acadêmica.

A todos que participaram desta etapa grandiosa de minha vida, o meu muito obrigado.

“Há três métodos para ganhar sabedoria: primeiro, por reflexão, que é o mais nobre; segundo, por imitação, que é o mais fácil; e terceiro, por experiência, que é o mais amargo”.

Confúcio

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o modelo chinês de desenvolvimento, intitulado “Consenso de Pequim”, e verificar se este é um novo modelo a ser seguido por outros países. O crescimento econômico da China nas últimas décadas é tema de importante destaque em assuntos internacionais e seu modelo de desenvolvimento apresenta diversas particularidades em relação ao ocidental. Sendo assim, fazem-se necessários, estudos que proponham analisar a China a partir de uma visão que exponha os aspectos dos valores culturais chineses, pois estes são peças fundamentais para compreendermos o quebra-cabeça desta grandiosa nação. Temas como “Desenvolvimento Pacífico”, política de boa vizinhança, cooperação e multilateralismo, serão abordados durante o trabalho, para estabelecermos compreensões acerca da atuação diplomática desenvolvida por Pequim. Desta maneira, se dará ênfase nas relações que a China mantém tanto com seus vizinhos, do Sudeste Asiático, quanto com países do continente africano, pois os mesmos enxergam, em certa medida, o sucesso da experiência chinesa um exemplo a ser seguido.

Palavras-chave: Consenso de Pequim. Desenvolvimento. Cooperação. China e relações internacionais.

RÉSUMÉ

Ce travail vise à présenter le modèle de développement chinois, intitulé “Consensus de Pékin”, et de vérifier s’il s’agit d’un nouveau modèle à suivre par les pays. La croissance économique de la Chine, au cours des dernières décennies, est un thème majeur mis en évidence dans les affaires internationales, et son modèle de développement a plusieurs particularités par rapport à l’occident. Ainsi, il est nécessaire d’études qui se proposent d’examiner la Chine d’une vision qui expose les aspects de valeurs culturelles chinoises, car elles sont fondamentales pour comprendre le puzzle de cette grande nation. Des thèmes comme “développement pacifique”, politique de bon voisinage, la coopération et le multilatéralisme, seront abordés au cours de ces travaux, pour établir des compréhensions sur le rôle diplomatique développé par Pékin. Ainsi, il mettra l’accent sur les relations que la Chine entretient avec ses voisins d’Asie du Sud-Est, et avec les pays africains, parce qu’ils voient la Chine, dans une certaine mesure, comme un exemple d’expérience de succès à suivre.

Mots-clés: Consensus de Pékin. Développement. Coopération. Chine et les relations internationales.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

EUA – Estados Unidos da América

FOCAC – Fórum de Cooperação China-África

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA – Organização da Unidade Africana

PCC – Partido Comunista Chinês

RPC – República Popular da China

ZEE – Zona Especial de Exportação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONSENSO DE PEQUIM ORIGEM E CARACTERÍSTICAS.....	14
3 A UNICIDADE DA EXPERIÊNCIA CHINESA: ELEMENTOS HISTÓRICOS POLÍTICOS E CULTURAIS	21
4 O CONSENSO DE PEQUIM E A POLÍTICA EXTERNA CHINESA.....	35
4.1 A INLUÊNCIA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS E O SUDESTE ASIÁTICO.....	41
4.2 A CHINA NA ÁFRICA: NOVO MODELO DE INSERÇÃO INTERNACIONAL... 	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

O “Consenso de Pequim” é um conceito que surgiu em anos recentes, precisamente no ano de 2004. Joshua Cooper Ramo, na época, diretor de consultoria do ex-secretário de Estado dos Estados Unidos Henry Kissinger, utilizou o termo para referir-se ao Modelo Chinês de Desenvolvimento.

A atual posição, de potência emergente, protagonizada pela China nos faz levantar uma série de questionamentos sobre como se dá este processo de ascensão econômica e política chinesa. A China ocupa um espaço relevante na esfera global, onde tem voz e participação assertiva em importantes fóruns internacionais. Galgada por traços culturais e de tradições milenares, a China – mesmo que de forma silenciosa e talvez involuntária – vai propagando uma espécie de “fórmula do desenvolvimento” fora dos padrões ocidentais. Sob o prisma do Consenso de Pequim confere-se este modelo de desenvolvimento diferenciado.

Nosso estudo será delimitado cronologicamente desde o ano do surgimento do conceito até os dias atuais. Porém, falar de Consenso de Pequim envolve a análise de um período anterior mais amplo, a partir do início do milagre chinês de crescimento e do sucesso do modelo chinês que teve início em 1978.

No tocante a delimitação geográfica, considera-se que ao examinarmos as dimensões que o Consenso de Pequim alcança, cabe o destaque para o Sudeste Asiático e para os países em desenvolvimento, que enxergam o modelo chinês como um possível exemplo de sucesso a ser seguido.

Dentro do seu próprio continente, a China desempenha um influente papel, principalmente, na região do Sudeste Asiático. Desta forma, a ascensão chinesa tanto em nível regional, quanto em nível global, acentua preocupações referentes a escalas de poder mundial e a transformações da atual conjuntura internacional em termos de poder.

A China tornou-se um importante ator no cenário político e diplomático mundial, uma grande potência que vem competindo por espaço na governança global. Crescem, assim, preocupações sobre o papel que a China está desempenhando e vai desempenhar no sistema internacional do século XXI.

Avaliar a mescla do desempenho econômico com o forte controle do Estado traz o debate contemporâneo do modelo chinês, instigando-nos a verificar se sua experiência é um novo modelo de desenvolvimento a ser seguido. Dito isto, o problema formulado neste trabalho é se o “Consenso de Pequim” ou Modelo chinês de Desenvolvimento poderia ser aplicado a outros países ou é um modelo único para China?

O objetivo geral do trabalho é analisar em que consiste o Consenso de Pequim, evidenciando suas origens, características, seu aspecto nacional e internacional, além de evidenciar seus pontos de força e seus limites, partindo de uma análise sobre a origem, a institucionalização e o enfraquecimento do Consenso de Washington no cenário mundial.

No que se refere aos objetivos específicos se busca analisar a origem do surgimento do Consenso de Pequim, suas características, abordando o objeto do ponto de vista conceitual e apontando as principais diferenças com o Consenso de Washington. Abordam-se os conceitos principais da concepção chinesa de construção de Estado e de sua visão da ordem internacional. Analisa-se a construção do Consenso de Pequim percorrendo as fases mais importantes de seu desenvolvimento político doméstico e internacional que a transformaram em um dos países mais relevantes do cenário internacional. Analisa-se também a influência do Consenso de Pequim na construção das relações internacionais da China, com particular atenção às relações com o Sudeste Asiático e com o continente africano.

Compreender o Consenso de Pequim é importante para elucidar questões a respeito do modelo chinês de desenvolvimento. Avaliando-o conseguimos examinar de maneira mais clara a forma de atuação diplomática da China para o mundo. A importante posição alcançada pela China, por seu peso histórico e sua grande ascensão econômica e política, nos faz abarcar todo o sistema internacional globalizado, no qual a China tem ganhado voz atualmente, provocando alteração nas relações de poder mundial. Analisar a estrutura e os fenômenos provocados por este modelo de desenvolvimento diferenciado do modelo econômico ocidental é de grande relevância e é um importante objeto de estudos, pois nos ajuda a analisar o comportamento de um dos mais importantes e influentes países da atualidade.

Um dos maiores problemas referentes ao estudo da China e de sua evolução doméstica e internacional é analisar este país a partir de uma visão ocidental que se serve de instrumentos de análise alheios à concepção tradicional do sistema internacional chinês. Fazem-se, portanto, necessários, estudos que tentem reverter esta visão ocidental e consigam olhar a China a partir de seus valores culturais.

No que se refere aos aspectos metodológicos, essencialmente, serão utilizadas pesquisas bibliográficas de fontes primárias e secundárias, com análise de obras de autores ocidentais e orientais. Optou-se por fazer um estudo de caráter qualitativo. Para expor os conceitos de Consenso de Pequim, o aporte principal utilizado para o trabalho compreende o artigo publicado por Joshua Cooper Ramo, *The Beijing Consensus*.

O trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo aborda a origem do Consenso de Pequim, suas principais características e faz um comparativo com o Consenso de Washington.

O segundo capítulo trata dos elementos históricos, políticos e culturais que compõem a República Popular da China. Será feito um apanhado geral sobre as principais peculiaridades que constituem a unicidade da experiência chinesa.

O terceiro capítulo abarca o quadro da construção da política externa chinesa, dando enfoque, principalmente, a partir da formação da República Popular da China em 1949, até os dias de hoje. Este capítulo está subdividido em dois temas, o primeiro trata sobre a influência do modelo de desenvolvimento chinês no Sudeste Asiático e o segundo sobre o novo modelo de inserção internacional chinesa com vistas à sua influência na África.

Estes são os principais assuntos abordados nesta monografia, traçando os caminhos trilhados pela China, que vem passando por grandes transformações internas ao longo dos anos, com objetivo de expandir sua economia e poder político a patamares cada vez mais elevados.

2 CONSENSO DE PEQUIM ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

Nas últimas décadas a China vem destacando-se no cenário internacional, por seu peso histórico mundial, por sua envergadura econômica e por seu despontar político. Com a consolidação do poder de Deng Xiaoping e a inauguração da política de portas abertas, em 1978, se dá o marco do fim do isolamento chinês. Percebe-se então, uma nova estratégia da China em relação ao mundo externo. A China evidencia uma vontade de participar de forma mais assertiva no processo de globalização econômica. Este interesse se mostra notório desde a década de 70, quando a China promove manobras de aproximação com os Estados Unidos. Tal estratégia pragmática acabou proporcionando à China o reconhecimento como governo legítimo e a sua entrada na Organização das Nações Unidas (ONU), como membro permanente no Conselho de Segurança, em 1971. Posteriormente, Pequim abre caminhos para integração na economia mundial, entrando efetivamente na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001.

Foi adotada na China, a partir de 1978, a política das Quatro Modernizações: agricultura, indústria, tecnologia e forças armadas, que representaram além de abertura econômica uma política de inovação. Os resultados alcançados, deste processo, ao longo dos anos, transformaram-se em uma experiência de sucesso reconhecida no sistema internacional.

Na agricultura, o governo chinês rompeu com a política das Comunas Populares¹ e deu início ao processo de distribuição de terras a famílias camponesas – que tinham que vender parte da produção para o Estado e o excedente da produção poderia ser vendido para o mercado. Esta mudança dinamizou a economia e elevou a renda das famílias, liberalizando a economia rural.

No setor da indústria, a China recorreu à utilização do capital estrangeiro e criaram-se as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), com o intuito de atrair para o

1 Grandes unidades produtivas rurais, coletivas, responsáveis por abastecerem o país. A propriedade da terra era estatal, mas era considerada propriedade coletiva do campo. O objetivo era que se desenvolvessem todas as atividades econômicas e sociais necessárias, incluindo os serviços para a população. Elas tinham que ser autossuficientes, desenvolvendo a produção agrícola, industrial e de serviços aos seus habitantes. Tinham papel governamental, político e econômico. HARNECKER, Marta. **La Comuna Popular China**, 2008.

país, indústrias estrangeiras. Caracteriza-se assim, a fase de um desenvolvimento mais aberto e articulado para o mercado internacional. Há então, uma nova regulamentação na China para possibilitar a associação entre empresas chinesas e empresas estrangeiras, com a constituição de *joint ventures*. A partir disto, há um grande impulso para uma maior dinamização nas relações de empresas chinesas com capitais estrangeiros e principalmente com os *overseas chinese*² – de Hong Kong, Macau, Taiwan e do Sudeste Asiático.

É dado o pontapé inicial de incentivo à renovação tecnológica. Bem como as ZEE, existe outro dispositivo, também implementado, chamado de Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), onde há importação e modernização de tecnologias, trazendo inovação e dinamização no campo tecnológico. A primordial interação tecnológica se deu com os *overseas chinese*, dada à proximidade física com a China.

Este processo de modernização transformou a China, em uma das economias da Ásia Oriental com o mais elevado ritmo de crescimento e de grandes transformações estruturais. O modelo de desenvolvimento chinês tornou-se o centro do debate contemporâneo, em âmbito internacional, discutindo as proporções que este novo *global player* pode alcançar e questionando este modelo, fora dos padrões tradicionais ocidentais fazendo um contraponto com aos modelos ocidentais de modernização (MIRANDA, SHAMBAUGH, 2011).

O “modelo chinês” ficou conhecido desde o começo dos anos 1990, para diferenciar o sucesso chinês da falência dos regimes comunistas da antiga União Soviética e da Europa Oriental. Contudo, o modelo chinês de desenvolvimento ganha notória fama em 2004, quando Joshua Cooper Ramo propôs o novo conceito de “Consenso de Pequim” em oposição ao Consenso de Washington.

Entretanto, não há nenhuma opinião universal sobre o que é realmente o “modelo chinês”. Muitos intelectuais chineses identificaram diversas características correspondentes ao modelo chinês de desenvolvimento, incluindo a forte

2 O termo “*overseas chinese*” pode referir-se a pessoas nascidas na china ou descendentes, que vivem fora dos territórios administrados pelo governo da Republica Popular da China. BARABANTSEVA, Elena. **The Party- State’s Transnational Outreach: Overseas Chinese Policies of the PRC’s Central Government.**

intervenção do Estado na economia, o pragmatismo e gradualismo (KWOK-WAH, 2011).

No âmbito deste debate, em 2004 foi utilizado pela primeira vez, por Joshua Cooper Ramo, ex-consultor americano e diretor-gerente da consultoria do ex-secretário de Estado dos Estados Unidos Henry Kissinger, o termo “Consenso de Pequim”, empregado para referir-se ao modelo chinês de desenvolvimento. Em seu artigo, publicado junto ao Centro de Política Externa do Reino Unido, Ramo descreve o sucesso do modelo chinês baseado em três princípios: compromisso com inovação e experimentação; busca de melhorias na qualidade de vida com “gerenciamento do caos” e independente da renda per capita; autodeterminação e soberania. O debate no palco internacional torna-se ainda mais caloroso no momento em que surgem especulações de que o Consenso de Pequim veio para substituir o Consenso de Washington.

O primeiro ponto da análise parte da cunhagem do termo “Consenso de Pequim”, nota-se que foi realizada por um americano e não por intermédio do governo ou de um cidadão chinês. Este simples fato já dá sinais, de certa forma, do posicionamento chinês, que não utiliza ferramentas tradicionais de projeção, porém, mesmo que de forma silenciosa vem influenciando, vários países em seus processos de desenvolvimento.³

A China parece não demonstrar interesse em impor padrões ou exportar suas características e, aparentemente, sem pretensões hegemônicas, em nome da paz e da autodeterminação, busca aperfeiçoar relações com seus interlocutores do cenário internacional. Fazendo valer-se de seu papel, como poder emergente, a China utiliza instrumentos não militares para retardar e enfraquecer as políticas unilaterais da superpotência e desenvolve esforços para fortalecer laços econômicos entre potências médias através de colaborações setoriais. (SHAMBAUGH, 2011). O poder emergente da China baseia-se no seu próprio exemplo de sistema econômico e na defesa incontestável de sua soberania nacional.

³ O Consenso de Pequim apresenta princípios que estão sendo acolhidos por países que não concordam com o Consenso de Washington, que demonstrou suas fraquezas, principalmente, após as crises econômicas de 1997.

O sistema chinês vem buscando adaptar-se seletivamente aos itens importados, acomodando-os junto à realidade nacional. Sobre o prisma da economia, o Estado chinês adotou grande parte dos princípios essenciais do capitalismo, abarcando o papel do mercado, a globalização e o comércio internacional. Porém, rejeita os aspectos liberais que reduziriam expressivamente o papel do Estado. Desta forma, o Estado chinês tem controle dos setores considerados estratégicos da economia país.

Segundo Ramo (2004), os pilares da política externa chinesa são pautados pela política diplomática de independência, de autonomia e de paz, e tem obtido progresso nas relações amistosas de igualdade e benefício recíproco com diversos países do mundo, pondo em prática o multilateralismo, reforçando cada vez mais a unidade e a cooperação com países de terceiro mundo e se opondo ao hegemonismo em favor da paz mundial.

Ramo acredita, ainda, que a China está trilhando um caminho para outras nações que estão tentando descobrir não apenas como desenvolver seus países, mas também estão procurando uma melhor maneira de se inserirem na ordem internacional, de forma que lhes permitam ser independentes e possam conservar suas escolhas políticas, defendendo-se do mundo que tem um único polo centralizador de poder.

Um dos aspectos mais relevantes do Consenso de Pequim é o enfoque dado às relações globais, que busca nas relações multinacionais, uma nova ordem mundial estabelecida sobre relações econômicas, mas que também reconhece diferenças políticas e culturais, bem como diferenças nas práticas nacionais e regionais dentro de um quadro comum global (DIRLIK, 2006).

É notória a emergência chinesa como grande potência econômica (TURIN, 2010). A China tornou-se um importante ator no cenário político e diplomático mundial, uma grande potência que vem competindo por espaço na governança global. Crescem, assim, as preocupações sobre o papel que a China está desempenhando e vai desempenhar no sistema internacional do século XXI.

Deste modo, é imprescindível esclarecer as diferenças entre Consenso de Pequim e Consenso de Washington. A conjuntura internacional e a economia mundial à época do Consenso de Washington encontravam-se em um quadro de

demanda e anseio de superação da década perdida dos anos 80. Neste cenário, muitos países da América Latina buscavam políticas de estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento. O Consenso de Washington sugeriu então, propostas de medidas e passos que deveriam ser tomados para os países retomarem o desenvolvimento.

O conjunto de recomendações políticas e econômicas enunciadas pelo Consenso de Washington foi elaborado pelo economista John Williamson, em 1989. Ele descreve um conjunto de prescrições para o desenvolvimento mundial. Este consenso foi sinônimo de liberalização econômica, Williamson estipulou em dez medidas este consenso (WILLIAMSON, 2002):

I) Disciplina fiscal; II) Reorientação dos gastos públicos; III) Reforma tributária; IV) liberalização do sistema financeiro; V) Taxas de câmbio competitivas; VI) Liberalização do comércio; VII) Abertura para o financiamento externo direto; VIII) Privatização das empresas Estatais; IX) Desregulamentação; X) Assegurar os direitos de propriedade.

Foi muito questionada a credibilidade do Consenso de Washington, pois os países que aderiam às recomendações sofreram graves consequências, muitos emergiram numa fase de grande recessão econômica. Segundo Ramo, o Consenso de Washington era um bom "manual de atração de investimentos feito por e para banqueiros", enquanto o Consenso Pequim não ignora a geopolítica e tende a "melhorar a sociedade". O Consenso de Washington correspondia à liberalização e a globalização, ao invés de ser um consenso para o crescimento e o desenvolvimento equânime.

Muitas críticas giram em torno do Consenso de Washington. Membros da academia afirmam que ele era uma estratégia elaborada para impedir que alguns países subdesenvolvidos alcançassem o mesmo patamar que os países mais desenvolvidos. Outra crítica feita era de que as avaliações e medidas eram aplicadas indiscriminadamente a todos os países de uma região, independentemente do seu tamanho, desafios ou nível de desenvolvimento.

As tentativas de políticas de estabilização e de reformas estruturais, via Consenso de Washington, transformaram-se em frustração, pois foi adotado um único conjunto de políticas para diversos países muito diferentes entre si. Logo, a

obtenção de melhores resultados estaria ligada à tentativa de se adotar estratégias próprias de desenvolvimento, definidas por cada país, adaptada às suas características específicas. (ALMEIDA; GIAMBIAGI, 2003).

Como explica Ramo, a China é um país de grande extensão geográfica, com quase 1,4 bilhões de habitantes, seu modelo é único e dificilmente seria replicável. Mas ele confirma que existem países em desenvolvimento que estão se inspirando a ela para tentar caminhos alternativos de desenvolvimento sem se fixarem a soluções uniformes para problemas diferentes.

Para muitos estudiosos, o significado de modelo chinês não traz consigo um aditivo de imposição de padrões, ele apenas exemplifica uma alternativa de desenvolvimento no atual processo de modernização do mundo. Sendo assim, esta discussão vai além de tipificações de modelos, pois não existe uma única saída ou resposta para resolução de diferenciados problemas.

“O êxito chinês coloca sua economia e sua sociedade em um novo nível. Por sua dimensão e por sua importância demográfica e histórica, a China não é uma pequena "ameaça" de competição na economia mundial. Sua experiência econômica é um novo modelo? Talvez uma das características do novo Consenso de Washington signifique exatamente o contrário: a superação definitiva da ideia de modelos de desenvolvimento.” (SANTOS, 2009).

O Consenso de Pequim surge mostrando seu caráter de inovação, com tendências de superação de padrões antigos. Caracterizado, aparentemente, por intenções anti-hegemônicas e com dispositivos para promover o desenvolvimento, se baseia na otimização das relações com os diversos países da esfera global, enfraquecendo o polo centralizador, que já demonstra muitas fraquezas devido às crises cíclicas ocorridas.

O incentivo à inovação no seio da instabilidade social é que proporciona resultados positivos frente ao desenvolvimento e a superação dos desafios. Esta inovação de que tanto se fala não é apenas referente a aspectos tecnológicos. O crescimento da produtividade chinesa, induzido pela inovação, tem sustentado a economia chinesa a compensar os desequilíbrios internos. A área da educação, da agricultura e na produção, também se nota este estímulo (RAMO, 2004).

Como a China ainda está em seu processo de desenvolvimento e evolução, há muitas limitações e desafios a serem enfrentados. Muitos destes problemas estão associados à desigualdade social, há uma enorme disparidade entre regiões rurais e os centros urbanos. Segundo Kurlantzick (2013), a desigualdade entre as áreas urbanas e as áreas rurais da China é contraditória ao milagre econômico chinês, mas, mesmo assim, a China vem obtendo avanços em seu projeto de tentar transmitir, silenciosamente, seu modelo de desenvolvimento para os outros países.

Outros problemas ainda a serem superados, estão relacionados a questões ambientais, há um elevado índice de poluição no país, pois as leis ambientais não se mostram pujantes, e também a escassez de recursos, do qual a China vem promovendo esforços de diálogos com países em desenvolvimento dispostos a negociarem.

É interessante observar a China para além de sua experiência econômica, faz-se necessário analisar a China numa perspectiva histórica que ainda hoje influencia seu comportamento em âmbito internacional. Os reflexos do Consenso de Pequim são notados e sentidos em toda esfera global, alterando relações de poder e modificando padrões hegemônicos outrora existentes. Verifica-se, que há em curso um rearranjo internacional, que vem paulatinamente transformando e atualizando o cenário global. Contudo, para se avaliar o processo das recentes mudanças econômicas na China é necessário entender a cultura chinesa e a preponderância política do Partido Comunista Chinês. Fatores estes que são determinantes para a compreensão do Consenso de Pequim. No próximo capítulo serão abordados aspectos que evidenciam a unicidade da experiência chinesa, que nos ajudará a estudar as peculiaridades do Consenso de Pequim.

3 A UNICIDADE DA EXPERIÊNCIA CHINESA: ELEMENTOS HISTÓRICOS POLÍTICOS E CULTURAIS.

Este segundo capítulo tratará dos elementos históricos, políticos e culturais que caracterizam a República Popular da China. Evidenciando as principais particularidades que constituíram a unicidade de sua experiência.

A China é um dos países mais populosos do mundo e seu modelo de desenvolvimento, como vimos no capítulo precedente, ainda está em construção. Dada suas peculiaridades bastante distintas das nações ocidentais, a China é objeto de análise de muitos estudos, pois se tornou um ator importante no contexto das relações internacionais.

Um dos maiores problemas referentes ao estudo da China e de sua evolução doméstica e internacional é analisar este país a partir de uma visão ocidental que se serve de instrumentos de análise alheios à concepção tradicional do sistema internacional chinês. Fazem-se, portanto, necessários, estudos que tentem reverter esta visão ocidental e consigam olhar a China a partir de seus valores culturais.

Devido ao surpreendente desenvolvimento do espírito científico e técnico inovador associado a grande massa de recursos financeiros, vivemos um período que exhibe desafios nunca apresentados antes. Assim como no início dos tempos modernos, observa-se atualmente uma notória renovação e mudança da conjuntura da humanidade, no sentido da globalização mundial e interação com o meio internacional (CABRAL, 2000).

A China tem importantes contribuições neste processo evolutivo e de transformação mundial, pois se apresenta no cenário internacional como uma grande potência, que desponta com uma larga bagagem cultural e histórica que colaborou para que se tornasse, hoje, um dos países mais relevantes do século XXI.

No tocante da questão cultural, chinesa, devemos despender uma grande atenção, pois muitos fatores culturais interferem diretamente na maneira de agir do povo chinês e podem nos ajudar a compreender o comportamento desta grandiosa nação. Composta por traços culturais e tradições milenares a população chinesa, desde os primórdios, adota valores e comportamentos que foram indispensáveis para aperfeiçoar o desenvolvimento de seu povo e de seu país. Para enfrentar

problemas referentes a desastres da natureza, condições geográfica, grande contingente populacional, entre outros, os chineses sempre tiveram que lidar com o gerenciamento de sua capacidade interna criando, da melhor forma possível, condições que promovessem o avanço e o progresso do Estado Chinês.

Um dos aspectos que ganha destaque no desempenho da formação ímpar chinesa é o senso da coletividade. O “comportamento coletivo” frente ao individualismo diferencia a civilização chinesa do resto do mundo. Falar do senso de coletividade e exclusão do individualismo nos remete a avaliar a relação dos chineses com a natureza. A terra está completamente atrelada à história chinesa, mais do que em qualquer outro país, de acordo com Collotti (1976) não apenas pelo fato de a China ter sido um país agrícola, ou ter tido histórias de lutas por terras, mas porque a terra é, sobretudo, o resultado do trabalho do povo chinês. Trabalho este que transformou a natureza, tornando-a capaz de dar frutos para a vida dos homens.

A civilização chinesa nasceu do trabalho coletivo dos homens no Vale do Rio Amarelo. Desde as mais remotas histórias da origem deste país, verifica-se uma coletividade de homens que se dedicaram juntos a uma atividade agrícola sistemática e contínua, elaborando técnicas agrícolas eficazes tratando de combater calamidades naturais e demais entraves.

E assim vão nascendo as características mais marcantes e duradouras da civilização chinesa. Este aspecto comunitário talvez traduza de alguma forma uma consciência comum entre os chineses das relações que os homens têm entre si e das relações que os homens têm com a natureza. Para Collotti (1976) isto orienta a civilização chinesa para uma conservação da união entre os homens que trabalham, sem necessidade de utilizar como solução padrão o uso da força ou da repressão, que representam um desperdício de energias minimizadas do trabalho.

O surgimento de uma tradição moral comum dá-se a fim de buscar a manutenção de uma “ordem” que seja a mais eficaz e útil para o trabalho. Outros preceitos fundamentais da cultura chinesa estão relacionados também ao culto à obediência e à hierarquia. Estas características são notadas desde a relação familiar, com a autoridade do pai sobre o filho, do irmão mais velho sobre o mais novo, do homem sobre a mulher, chegando até as relações com o Estado,

promovendo uma obediência ao governante. O respeito a estes princípios, da preservação da hierarquia, está atrelado aos conceitos confucianos, que foram difundidos na sociedade chinesa.

O confucionismo tornou-se doutrina oficial na China na dinastia Han, no século II a.C. O pensamento confucionista foi adotado como a filosofia oficial do Estado e era baseado em uma ética social que priorizava o respeito, a conduta reta, a justiça e a moral e influenciou fortemente a civilização chinesa. Seu criador, Confúcio (Kung Fu Tse – 551- 479 a.C) disseminou seus pensamentos pela China e após sua morte foi que de fato a sociedade chinesa incorporou a filosofia confuciana ao Estado Chinês. A partir de então, verificamos no comportamento da sociedade chinesa a grande influência e a importância do confucionismo.

Confúcio pregava sobre hierarquia social: o dever fundamental era “Conhece teu lugar”. Para seus adeptos, a ordem confuciana oferecia a inspiração de servir na busca de uma harmonia superior. Ao contrário de profetas de religiões monoteístas, Confúcio não pregava nenhuma teleologia da história conduzindo a humanidade à redenção pessoal. Sua filosofia buscava a redenção do Estado mediante o comportamento individual correto. Orientado para esse mundo, seu pensamento afirmava um código de conduta social, não um caminho para a vida após a morte. (KISSINGER, 2011).

O comportamento confuciano era baseado no ritual, no culto aos antepassados e na postura correta. O confucionismo pregava também a importância da justa distribuição do trabalho para estabelecer a harmonia na sociedade. Este tipo de organização social que valoriza o ideal de coletividade, segundo Semerene (2006), veio antes do socialismo – estabelecido em 1949, na China, por Mao Zedong. A autora explica que a valorização da coletividade é algo que veio bem antes do sistema socialista e que é uma característica não só da China, mas da sociedade oriental de modo geral e que na verdade este senso coletivo nasceu junto com a formação da civilização que tem uma bagagem histórico-cultural de superação através da união do povo.

Portanto, há diversos fatores que contribuíram para que se fosse formada a experiência chinesa. Este conjunto de valores e tradições singulariza o modelo chinês de desenvolvimento, nos fazendo perceber o quanto importante é analisar a China a partir de seus aspectos culturais e históricos.

Collotti (1976) enfatiza a unicidade chinesa, destacando fatores únicos de uma civilização que jamais poderia ser confundida com alguma outra:

Prácticas sociales y prácticas técnicas, normas morales y preceptos de acción cotidiana, modos de pensar y modos comportamentarse: éstos son los elementos propios y distintivos de la civilización china y factor de continuidad en una historia de siglos. Y de estas prácticas, de estas normas, de estos modos de pensar y comportarse queda mucho todavía - después de una revolución tan profunda, después del nacimiento de una tecnología y una economía modernas - y contribuye en mucho para dar a cada gesto, a cada actitud del pueblo en su conjunto o de los individuos considerados aisladamente, esas características inconfundibles que no permitirían jamás a nadie confundir una fotografía tomada en China con una tomada en cualquier otro país.⁴

Todos estes valores são formadores da unicidade da experiência chinesa e caracterizam esta sociedade. Estes valores são tranpostos na maneira de agir do povo chinês e distingue também sua atuação e posicionamento no cenário internacional. O país nunca adotou uma posição de universalismo ou de disseminar seus valores pelo mundo. Os governantes chineses entendiam que não era prático pensar em influenciar outros países, que por motivos geográficos situavam-se a longas distâncias da China. Os chineses nunca tiveram como objetivo exportar suas ideias, mas permitiam que outros países, se tivessem interesse, viessem buscá-las. Dentro de uma visão chinesa, acreditava-se que os povos vizinhos beneficiaram-se dos contatos com a China e com sua civilização, desde que reconhecessem a soberania do governo chinês (KISSINGER, 2011). Esta característica pode ser

4 Práticas sociais e práticas técnicas, normas morais e preceitos de ação cotidiana, modos de pensar e modos de se comportar: estes são os elementos próprios e distintivos da civilização chinesa e fator de continuidade de uma história de séculos. E dessas práticas, destas normas, destes modos de pensar e comportar-se ainda há muito - depois de uma revolução tão profunda, depois do nascimento de uma tecnologia e uma economia moderna - e contribui em muito para dar a cada gesto, a cada atitude do povo em seu conjunto ou dos indivíduos considerados isoladamente, essas características inconfundíveis que não permitiriam jamais ninguém confundir uma fotografia tirada na china, com uma fotografia tirada em qualquer outro país. (tradução nossa). COLLOTTI Pischel, Enrica. La Revolución china 1 e 2. México, DF: Ediciones Era, 1976.

notada no Consenso de Pequim, que não visa exportar suas ideias. Permeada por princípios confucionistas tinha-se a autopercepção de que a China era única.

A história da civilização chinesa é milenar, possui registros datados há mais de 5 mil anos. O Império chinês foi composto, ao longo dos séculos, por diferentes dinastias que estiveram no poder até 1911. A última dinastia instituída foi a Qing (Manchu), que logo após uma revolta democrática nacionalista foi derrubada do poder através da Revolução Chinesa (1911-1912). Um grupo de revolucionários, no sul da China, liderou uma revolta que obteve sucesso contra a dinastia Qing e instituiu em seu lugar a República da China, pondo fim ao sistema imperial chinês.

A dinastia Qing, durante o século XIX, enfrentou diversos problemas que desafiavam seu poderio e domínio, envolvendo uma série de incursões estrangeiras no território chinês. Dentre estas se destacam as duas Guerras do Ópio⁵ – lideradas pela Grã-Bretanha, a primeira entre 1839 –1842 e a segunda entre 1856 –1860 – e a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), na qual o Império chinês teve que abrir mão do controle de Taiwan, das Ilhas Pescadores, de Port Arthur e a Coreia deixa de fazer parte do território chinês sendo incorporada à esfera de influência japonesa. Estes acontecimentos combinados com as frustrações do império Manchu em expelir invasões externas, junto ao desejo dos chineses de verem uma China unificada, estimularam ideias revolucionárias que acarretaram no declínio do Império e em 1912 foi proclamando a República da China.

Uma das regularidades que encontramos estudando a história chinesa é que desde muitos séculos a China procura impedir qualquer tipo de invasão estrangeira que viesse a desestabilizar o fulcro de sua sociedade e de seu governo, ou que afetasse a soberania chinesa. Contudo, no século XIX a China sofreu inúmeras humilhações e tratados desiguais impostos por parte estrangeira. Frente a isso, a Revolução Chinesa de 1911 foi apenas o primeiro passo do processo que viria a se concretizar, posteriormente, em 1949 com a Revolução Comunista. Quando o novo

5 A Guerra do Ópio foi um conflito armado entre Grã-Bretanha e China. A Grã-Bretanha procurava expandir seu mercado consumidor, em plena Segunda Revolução Industrial, mas a China mantinha restritivas medidas protecionistas que dificultavam o comércio britânico. A Grã-Bretanha inicia então o confronto contra os chineses. Os resultados não foram positivos para a China, que acabou sendo obrigada a abrir portos ao livre comércio, dar privilégios comerciais aos ingleses e acabou tendo que ceder o território de Hong Kong (que ficou sob posse britânica até 1997).

governo criou a República da China não foi possível, prontamente, preencher as lacunas deixadas pela queda da dinastia Qing. Muitas regiões ficaram longe da margem de alcance e de poder do governo para que se unificasse o país. Estas localidades onde o governo não tinha controle não reconheciam o governo nacionalista, dificultando a intenção unificadora que fez parte de toda a retórica revolucionária.

Neste sentido, segundo Hall (2006), modelam-se as diretrizes a serem adotadas pelo Estado chinês para a condução de sua política interna e externa. Estas diretrizes são pautadas no controle da autonomia e na centralização do poder pelo Estado, que impedia o estabelecimento de relações da China com países capitalistas procurando distanciar vínculos e dependências externas para que se neutralizassem forças imperialistas na China.

A República Popular da China foi fundada em 1 de Outubro de 1949 por Mao Zedong⁶. Desde sua fundação, a RPC transmutou-se de uma sociedade primariamente agrícola, semifeudal e semicolonial predominante até 1949, para um sistema econômico e socialmente centralizado. E desde 1978, adotara uma posição de pragmatismo reformista, tornando a China uma economia mais aberta e voltada para o mercado (NÓBREGA, 2009).

Desde a introdução das políticas de reforma de 1978, a China emergiu como grande potência regional. Segundo Ramo (2004), o crescimento acelerado da economia chinesa foi resultado de uma maior abertura comercial com as outras nações do mundo e a adoção de técnicas de mercado que atraíram grandes volumes de investimento estrangeiro, viabilizando o crescimento econômico chinês.

Com o nascimento da nova China, em 1949, as relações diplomáticas anteriores foram anuladas dando lugar a uma nova diplomacia caracterizada pela independência e pela autodeterminação. Esta percepção de autodeterminação passa a fazer parte das intenções chinesas e isto veio remodelando as novas

⁶ Mao Zedong (1893-1976) foi um líder revolucionário comunista chinês, filósofo político e fundador da RPC. Mao representou uma figura controversa, devido suas campanhas políticas, como o “Grande Salto Adiante”, as Comunas populares e a Revolução Cultural, que causou milhões de mortes e danos para a sociedade e economia do país. Entretanto, Mao foi uma das figuras mais importantes na constituição da história da China Moderna. As interpretações filosóficas de Mao sob marxismo-leninismo, juntamente com suas estratégias militares, são chamadas de “maoísmo”. KWOK-WAH, Yip. The Uniqueness of China's Development Model: 1842–2049. **World Scientific**.

características de atuação não só internacional como de gerência interna do país. Debater esta Nova Diplomacia Chinesa é de grande valia para compreendermos a evolução do processo desenvolvimentista da China (AMARAL, 2012).

Entretanto, é importante considerar que as mudanças e a ruptura que este momento representou, deu lugar a uma nova China, mas que preservou sua identidade específica. Morreu sim uma antiga China, mas suas tradições e características de unidade, riqueza cultural, vastas extensões de terra cultivadas pelo homem e submetidas ao poder do homem para que a coletividade humana pudesse viver trabalhar e produzir riqueza, tudo isso é herança de seu povo (COLLOTTI, 1976). Collotti afirma, ainda, que a tradição cultural chinesa fora preservada e mantida, mesmo com o nascimento de uma nova China.

Es más, desde este punto de vista, únicamente la revolución, eliminando la dominación extranjera y la alianza entre la exploración imperialista y todo lo que había de negativo en la vieja China, permitió que el patrimonio de la tradición resurgiera con sus elementos positivos, que la vieja China muriese y naciera la nueva China sin dejar de ser China, conservando su identidad específica, su rostro humano.⁷

Este é um período importante no recorte da história chinesa, pois é a partir deste momento que a China passa a atuar de maneira mais ativa no cenário internacional, pois vinha de uma fase anterior de isolamento e procurava inserir-se no cenário internacional. Exercendo um papel proeminente para certificar que os séculos de humilhações fossem superados.

A China, com suas mais diversas etnias e liderada pelo Partido Comunista Chinês, conseguiu desintegrar o feudalismo, o imperialismo, e o capitalismo burocrático. Depois de um período prolongado de guerras e disputas, nasce uma nova China com a Revolução democrática que fundou a República Popular da China, em 1949. A atuação diplomática chinesa passa então a ter um novo caráter atribuindo uma nova fase da política chinesa⁸.

⁷ De fato, a partir deste ponto de vista, somente a revolução – eliminando a dominação estrangeira e a aliança entre a exploração imperialista e tudo que havia de negativo na antiga China – permitiu que a herança da tradição ressurgisse com seus elementos positivos, ao mesmo tempo em que morre a velha nasce a nova China, mantendo a sua identidade específica, seu rosto humano. (Tradução nossa). COLLOTTI Pischel, Enrica. La Revolución china 1 e 2. México, DF: Ediciones Era, 1976.

A participação do Partido Comunista Chinês (PCC) no processo de construção da RPC também se torna um fator muito importante na história chinesa. Unido à implementação de reformas e inovações políticas o PCC faz parte da unicidade que denomina e singulariza o modelo chinês. O PCC foi fundado em 1921 e está no poder desde 1949 – junto à fundação da República Popular da China. Depois do estabelecimento da nova China, o PCC geriu o país com base em salvaguardar a independência e a segurança nacional, obtendo avanços para a sociedade chinesa, no sentido de ter alcançado notórios desenvolvimentos das áreas econômica e cultural, sem precedentes na história.

Segundo Miranda (2013), o modelo chinês de desenvolvimento é marcado pelo pragmatismo e experimentalismo. A modernização chinesa é guiada por um Estado fortemente desenvolvimentista capaz de manobrar o consenso nacional e de garantir uma estabilidade política e econômica global, a fim de apresentar um amplo programa de reforma.

Ponendo l'accento sulla crescita economica piuttosto che sui diritti civili e politici come ambito obiettivo nazionale e sulla stabilità politica come preconditione della modernizzazione, lo Stato cinese ha acquisito la capacità di realizzazione ed esecuzione di una pianificazione strategica, senza cadere preda delle distrazioni e di improvvise sterzate spesso osservate nei sistemi democratici con il 'chiodo fisso' della concorrenza tra partiti e dei cambi di governo.⁹

De acordo com Kwok-Wah (2011), o sucesso do modelo de desenvolvimento econômico chinês não se dá unicamente pelos esforços do PCC ou pelas reformas econômicas do final da década 1970, existem outros fatores que contribuíram para este êxito fatídico do modelo chinês. Após o final da dinastia Qing, o firmamento de

8 QINGMIN, Zhang. China's Diplomacy. The Sinopedia Series. Cengage Learning. Singapore 2011. Disponível em: < <http://www.worldcat.org/title/chinas-diplomacy/oclc/673074488> > apud AMARAL, Gabriela G.. A "Ascensão Pacífica" na Evolução da Diplomacia Chinesa nas Últimas Décadas. Revista Aurora, v. 6, n°1, 2012.

9 A ênfase sobre o crescimento econômico, ao invés dos direitos civis e políticos como objetivo nacional, e sobre a estabilidade política como uma condição prévia de execução de modernização, o Estado chinês adquiriu a capacidade de realização e execução de planejamento estratégico, sem cair em distrações ou mudanças abruptas, muitas vezes observadas em sistemas democráticos com a "obsessão" da concorrência entre partidos e de mudanças de governo. (tradução nossa). MIRANDA, Mariana. SPATELLA, Alessandra (Org.). SHAMBAUGH, David. **II Modelo Cina**. Roma: L'Asino d'oro, 2011.

instituições modernas e sistemas rurais estabelecidos pelo governo nacionalista, constituíram uma base sólida para sua experiência. Outro fator decisivo para o surpreendente desenvolvimento econômico e de reformas de inovação chinesas, deve-se também, à questão da aproximação e firmamento de intercâmbios com países do Sudeste Asiático – com os quais possui fortes laços étnicos e culturais – desenvolvendo instituições regionais multilaterais, um exemplo disto foi a instauração das ZEEs que promovem tal interação econômica na região.

A China desempenha um influente papel, dentro do seu próprio continente, principalmente na região do Sudeste Asiático. Numa das regiões mais dinâmicas da economia internacional, na qual verificamos um mundo formado pela realidade de países e sociedades que, ao longo do tempo, assimilaram a matriz cultural chinesa e com ela estabeleceram laços de aliança ou parceria (PINTO, 2000), a China mantém fortes conexões. Sendo assim, é inevitável o estreito vínculo que faz com que os vizinhos mantenham intensas relações que vão além de contatos econômicos, pois há uma carga cultural enraizada. O efeito sobre isto é a criação de dispositivos de governança e de interação civilizatória que são conduzidas pelas perspectivas do desenvolvimento da Ásia do Pacífico.

Como resultado disto a China modernizou seu sistema suas forças armadas e aliou-se a diversas instituições tanto regionais quanto internacionais nas quais tem poder de barganha, e está cada vez mais inserida na política internacional.

O longo processo histórico chinês aponta a reunião de diversos valores e tradições que se preservam até hoje. A exclusão do individualismo e a valorização do coletivo, bem como a preservação da paz são aspectos que demonstram um caldo cultural apurado e que vai ao encontro das premissas da política externa chinesa. Dentro desta compreensão, podemos destacar a Ascensão Pacífica ou Desenvolvimento Pacífico, que é o empenho do desenvolvimento e da modernização da China sem objetivo de afetar as estruturas da ordem mundial (CARLETTI, 2011). Denomina-se um processo de condução pacífica e harmoniosa sem pretensões hegemônicas.

O conceito de “ascensão pacífica” emergiu com o intuito de inaugurar uma nova estratégia da China em relação ao mundo externo, visando aperfeiçoar a participação chinesa no cenário internacional e no processo de globalização

econômica, porém sem pretensões expansionistas. Deste modo, o significado de ascensão não estaria associado à expansão imperialista, que outrora fora empregado por outros países, mas configura o conceito num sentido mais amplo de “segurança coletiva” buscando passos de maior estabilização política da região asiática.

Portanto, os governantes chineses perceberam que o uso da palavra “ascensão” surtia e provocava efeitos um tanto quanto negativos para a China, pois países vizinhos sentiam-se ameaçados com o que poderia vir a significar esta ascensão. Por isso decidiram substituir a palavra ascensão por desenvolvimento.

O uso de um termo mais neutro demonstra a escolha de uma estratégia chinesa que pretende evitar confrontações desnecessárias com atores do cenário internacional (CARLETTI, 2012). O governo chinês atua sobre a égide da paz, pois é o único caminho para se alcançar o desenvolvimento chinês, ratificando a cooperação mútua e a política da boa vizinhança internacional. A estratégia da China de Desenvolvimento Pacífico, pretende contribuir para uma ordem internacional mais justa e equânime sem pretensões de domínio, buscando alcançar com este comportamento uma maior confiabilidade no plano internacional, compilado de seu crescente poder de influência econômica mundial.

No ímpeto potencializador de seu modelo de desenvolvimento econômico e social, segundo Carriço (2013), a China evita, neste processo, uma confrontação direta com os Estados Unidos ou com outros países. A fim de manter boas relações com seus interlocutores internacionais, a China busca, também, preservar sua imagem e credibilidade para alcançar êxitos frente à comunidade internacional.

A utilização do *soft power*¹⁰ pela China é perspicaz, pois ela busca aumentar a consciência das intenções de seus líderes e convencer a comunidade internacional da natureza pacífica de sua emergência e das oportunidades que representa para seus parceiros. Ao passo de conectar as camadas de política interna e externa, busca-se manter a estabilidade do país, projetando de forma mais alargada sua inserção no espaço internacional que permita uma influência estratégica e

10 O termo foi criado por Joseph Ney e define a capacidade de um país de influenciar os outros, ou fazer com que os outros façam suas vontades. Manifestações culturais surtem grandes efeitos através desta ferramenta de *soft power*.

diplomática e que facilite o acesso contínuo da China aos mercados, recursos naturais e a capitais mundiais.

A China vem caracterizando-se como um enorme sistema econômico, político e social capaz de impactar o mundo nos próximos anos, seguindo os passos que promovem seu desenvolvimento sustentável, serve-se de ferramentas alternativas e inovadoras que têm trazido resultados significativamente positivos ao país – em termos de crescimento e desenvolvimento – e à sua participação no cenário globalizado mundial que tem impactado as relações econômicas e geopolíticas internacionais (KWOK-WAH, 2011).

De acordo com Costa (2011) a China desconstrói a ideia de que a única maneira de se atingir o desenvolvimento é através da fórmula democrática-liberal adotada pelas potências ocidentais. A economia chinesa é uma economia com livre mercado de trabalho e livre mercado de commodities, porém, não está atrelada ou é caracterizada pelo modelo liberal adotado pelos Estados Unidos, nem pela economia social de mercado da Europa.

Sendo assim, a ascensão chinesa tanto em nível regional, quanto em nível global, acentua preocupações referentes a escalas de poder mundial e a transformações da atual conjuntura internacional em termos de poder. Com as dimensões que alcançou, a China tornou-se um importante ator no cenário político e diplomático mundial. Uma grande potência que vem competindo por espaço na governança global. Fazendo com que cresçam especulações a respeito do papel que a China desempenha no sistema internacional.

Avaliar a mescla do desempenho econômico com o forte controle do Estado traz o debate contemporâneo do modelo chinês, instigando-nos a verificar se sua experiência é um novo modelo de desenvolvimento a ser seguido.

O Consenso de Pequim compreende o sucesso do modelo de desenvolvimento chinês nas últimas duas décadas, mas não propõe um Modelo de China a ser seguido por outros países, pois cada um possui suas especificidades e desafios a enfrentar, sendo impossível aplicar um único modelo de desenvolvimento aos diferentes países. Porém as preocupações da comunidade internacional são notórias, pois temem que o Consenso de Pequim venha eventualmente a substituir o Consenso de Washington.

Conseqüentemente, muitos estudiosos e governantes questionam as aspirações chinesas e identificam em suas atuações ações ambiciosas e de dominação mundial. Teme-se que a China venha a suceder os Estados Unidos como liderança mundial, e que almeje, através de seu desenvolvimento, concentrar a riqueza mundial desestabilizando as economias das demais nações. Segundo Kang (2007) a China encontra-se numa posição delicada, pois deve dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento sem que a estrutura do sistema internacional entre em crise. Então, para que este processo tenha menores danos, em razão de seus inevitáveis efeitos ao sistema internacional, não seria interessante para a China práticas hegemônicas, tanto a dos Estados Unidos como a sua própria, para que haja uma transformação gradual do cenário global. É uma árdua tarefa para a China, que se encontra em um período no qual o capitalismo contemporâneo está desgastado em meio às diversas crises, e deve ser cautelosa no procedimento e na condução de seu desenvolvimento, evitando protagonismos (VISENTINI, 2011).

Isto nos leva a refletir sobre as possíveis implicações do crescimento chinês à política internacional e a estabilidade global, que acentua fortes debates se a China representa uma ameaça ou uma janela de oportunidades para o sistema internacional (COSTA, 2011). A postura que a China vem adotando no cenário mundial aponta claras demonstrações de participação ativa nos quadros de cooperação regional e vem tentando configurar sua imagem como potência emergente disposta a cooperar, para que estes tipos de debates que questionam as intenções chinesas se modifiquem. E de que talvez, a China mostre que pode transmitir grandes contribuições e compartilhá-las com o resto dos países do sistema internacional.

A China procura manter uma perspectiva holística do sistema internacional. A pacífica inserção chinesa no sistema internacional não esconde, por outro lado, o seu claro desejo de não ingerência externa em assuntos nacionais, a autonomia e autodeterminação são aspectos fundamentais que a China preserva. É uma via de mão dupla: a China busca manter-se pacifista ao passo que o sistema internacional respeite e reconheça a soberania chinesa. O governo chinês mantém firme os lastros do poder, controlando as mais diversas áreas do país. Segundo Carriço (2013) os chineses têm que optar por uma estratégia adequada ao poder nacional e

às tendências de evolução do sistema internacional, gerir estes desafios e riscos faz parte da grande estratégia da China.

Esta análise político histórica e cultural serve de ponto de partida para uma avaliação das implicações do desenvolvimento chinês no sistema internacional. Desmistificar padrões pré-estabelecidos, talvez nos leve à compressão de que a participação chinesa no cenário político internacional, no qual a China prevalece relações com países que ainda estão em sua fase de desenvolvimento, promove trocas e interações que tendem a harmonizar o sistema internacional de forma mais igualitária, dando chance para os países com mais dificuldades em desenvolver-se se inserirem no sistema internacional.

A grande escala da economia chinesa está na fase de seu despertar cultural, que vem surpreendendo o mundo. As discussões sobre a civilização e a cultura chinesas desdobram um apanhado de lições para humanidade, que vão muito além de aspectos econômicos e políticos. A China vem trilhando seu caminho de desenvolvimento e apresentando tanto para países em desenvolvimento quanto para os países desenvolvidos, lições que consistem em experiências e teorias, que são únicas, comparadas as das sociedades ocidentais (KWOK-WAH, 2011).

Ainda segundo Kwok-Wah (2011), o modelo chinês vem remodelando a paisagem e a compreensão do mundo nos últimos anos e está desencadeando reações nas potências ocidentais, cujos valores foram disseminados pelo mundo ao longo dos últimos séculos. Este modelo vem refletindo nas interações entre China e as potências ocidentais, o que pode afetar no rumo e direção do mundo. Portanto, o principal propósito para discutirmos o modelo chinês de desenvolvimento é compartilhar sua experiência com o resto do mundo. Fazendo valer-se da compreensão da história e da sociedade chinesa é que podemos ter um alicerce argumentativo de debate, que nos levará a um entendimento de que esta análise serve de instrumento positivo para toda a humanidade. Os estudos sobre o advento chinês tornam-se uma resposta direta aos desafios e dúvidas por parte dos ocidentais em compreenderem a China, reforçando uma compreensão mútua e a confiança entre Oriente e Ocidente, permitindo que o mundo inteiro conheça e entenda a China a partir dos próprios valores chineses.

Contudo, o modelo chinês de desenvolvimento ainda está em seu processo de construção e demasiadas são as especulações sobre o futuro deste gigante. O que está acontecendo na China, no momento, não é apenas um modelo para a China e sim um processo de renovação de todo cenário de desenvolvimento internacional, tanto da economia como da sociedade e da política.

Estudar a repercussão da política externa chinesa se faz necessário para compreendermos como este país atua no sistema internacional. Um dos fatores mais destacáveis que caracterizam a unicidade chinesa é a forte presença do Estado, que através do PCC vem promovendo a adoção de novos padrões de desenvolvimento para a China. O forte controle do PCC na China distende debates que questionam o governo, que está no poder há mais de 60 anos. Para compreendermos o Consenso de Pequim examinaremos a política externa chinesa percorrendo as fases mais importantes de seu desenvolvimento político doméstico e internacional que a transformaram em um dos países mais relevantes do cenário internacional.

Além disto, analisaremos, também, no próximo capítulo a influência do Consenso de Pequim na construção das relações internacionais da China, com particular atenção às relações com o Sudeste Asiático e com os países africanos.

4 CONSENSO DE PEQUIM E A POLÍTICA EXTERNA CHINESA

O tema abordado neste terceiro capítulo é o da construção do quadro da política externa chinesa, dando ênfase ao papel do Estado e de seus líderes no processo, ainda em andamento, do modelo de desenvolvimento chinês. Este capítulo, subdividido em dois temas, tratará primeiramente sobre a influência do modelo de desenvolvimento chinês no Sudeste Asiático e posteriormente será abordado o novo modelo de inserção internacional chinesa com vistas à sua influência na África.

O objetivo deste capítulo é analisar a construção do Consenso de Pequim percorrendo as fases mais importantes de seu desenvolvimento político internacional que transformaram a China em um dos países mais relevantes do cenário internacional. Uma vez que, analisar a perspectiva do Consenso de Pequim sob as relações internacionais da China torna-se imprescindível para estabelecermos compreensões em relação ao modelo chinês e as repercussões da China contemporânea na arena internacional.

No modelo chinês de desenvolvimento, a modernização é guiada pela forte presença do Estado, que usa como condicionante da alavancagem de seu desenvolvimento a estabilidade política. O delineamento da política externa chinesa, desde a proclamação da nova República Popular da China, foi marcado primeiramente por uma fase de isolamento ao meio externo, com a era de Mao Zedong na qual o país voltou-se para si e permaneceu por quase uma década – a Revolução Cultural – fechada ao mundo externo. Em 1978, Deng Xiaoping assumiu o poder e gerenciou uma fase caracterizada pela abertura gradual da economia chinesa.

Contudo, no final da década de 1980 e primeiros anos de 1990 quando o socialismo desmoronava, na vizinha URSS e no Leste Europeu, o líder Deng Xiaoping enfrentou grandes desafios em alcançar tal abertura, pois havia algumas divergências dentro do próprio PCC a respeito das reformas operadas por Deng.¹¹

11 A velha guarda do PCC usava o fim do socialismo como um argumento para agir contra as reformas adotadas por Deng Xiaoping.

Houve, também, grandes pressões advindas das potências ocidentais a respeito do ocorrido trágico em Tiananmen, pois a China era acusada de violar os direitos humanos. Neste sentido, a China sofreu diversas retaliações e eram lançados reflexos negativos sobre a estabilidade política e social chinesa (OLIVEIRA, 2003). Este aglomerado de acontecimentos agravou os conflitos internos do PCC. Como forma de resolver as cisões dentro do partido, proveniente da velha guarda comunista, Deng Xiaoping remodelou o tipo de sucessão de liderança, de forma a renovar o papel do líder do partido, estabelecendo o limite máximo de permanência no poder (dois mandatos de 5 anos) e o limite de idade (66 anos e 70 para aposentadoria) e ao mesmo tempo garantindo a continuação de sua linha de atuação, dando seguimento ao processo desenvolvimentista chinês.

Os líderes conseguintes de Deng foram: Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping, representando as cinco gerações políticas.

Na visão pragmatista de Deng Xiaoping, coortes de dirigentes estruturados num encadeamento de gerações, cada uma com atuação previsível de dez anos, iriam levando adiante, indefinidamente, a tarefa do desenvolvimento e da modernização tecnológica da China. A cada geração cabia adequar a realidade social, econômica e política do país às mutantes exigências domésticas e do quadro internacional. Ao personagem reconhecido como o núcleo de cada geração competiria velar pela compatibilidade organizacional do partido com os ajustamentos introduzidos por sua coorte. Dessa maneira, tornava-se possível antecipar o gradual acúmulo de conquistas concretas, através das quais o PCC legitimaria continuamente sua presença na governança do regime (OLIVEIRA, 2003).

Desta forma, observamos atualmente aspectos de continuidade desta fase de expansão e adaptação do legado das reformas de Deng Xiaoping. O momento atual corresponde a um aprofundamento da transição – da fase de isolamento para a fase mais aberta – configurando-se num período de continuidade dentro deste ciclo de abertura.

O período pós-Mao Zedong, ou o novo período de Deng Xiaoping representou uma fase de ruptura abrupta com o fim do logradouro de fechamento, como foi dito. Com isso, as reformas que foram implantadas de forma ampla no Estado chinês atingiram diversas faces institucionais chinesas, incluindo a das relações internacionais.

Deng Xiaoping marca uma fase de pragmatismo político em nome da resolução dos desafios sociais e econômicos que a China enfrentara. Um dos êxitos conquistados por esta política pragmática correspondeu, num período mais a frente, a retomada pacífica de soberania sobre Hong Kong dos britânicos, em 1997.

O discurso de Deng Xiaoping era o de abertura para o mundo exterior, mas nunca pregou a busca por hegemonia. Ao passo em que as reformas começaram a obter sucesso e que a China passou a ser vista como uma potência em ascensão, as desconfianças externas aumentaram. O curso histórico mundial demonstrou aos ocidentais que a ascensão de novas potências, abalando o equilíbrio de poder, poderia provocar guerras. Por isto, os discursos dos novos líderes chineses são baseados na(o) Ascensão/Desenvolvimento Pacífico. Para Mendonça (2009), na verdade, trata-se da mesma política de utilização de instrumentos multilaterais, de aversão a posturas hegemônicas, mas com o acréscimo de um elemento a mais: o pacifismo da conduta.

Os subsídios de Deng amalgamados com moldes em matéria de paz e desenvolvimento, de acordo com Jiru (2004), contribuíram para a criação da estratégia internacional chinesa que propõe uma atualização da ordem internacional político-econômica e a mobilização para uma formação de estrutura mundial multipolar, conseguintes de uma abertura gradual da economia chinesa.

Dal punto di vista politico, il regime comunista ha varato una serie di riforme per gestire le criticità legate al progressivo scollamento tra un'economia di mercato e uno stato anacronistico. Mentre molti osservatori occidentali e alcuni intellettuali cinesi liberali avevano previsto che la Cina avrebbe varato le riforme politiche con il fine di affermare una democrazia liberale, il governo cinese le ha utilizzate per preservare a rafforzare la leadership del Partito comunista attraverso un piu estesa partecipazione popolare e supervisione pubblica, rendendo cosi il sistema monopartitico piu efficiente e fornendogli una base giuridica. L'obiettivo dichiarato della riforma politica è mantenere l'ordine sociale e raggiungere l'armonia sociale ¹².

12 Do ponto de vista político, o regime comunista lançou uma série de reformas para gerir as questões críticas relacionadas com a desconexão progressiva entre a economia de mercado e um estado anacrônico. Enquanto muitos observadores ocidentais e alguns intelectuais chineses liberais haviam previsto que a China teria lançado reformas políticas com o objetivo de afirmar a democracia liberal, o governo chinês tem usado para fortalecer e preservar a liderança do Partido Comunista através de uma participação popular mais ampla e supervisão pública, tornando assim o sistema partidário mais eficiente e fornecer uma base legal. O objetivo declarado da política de reforma é o de manter a ordem social unido à harmonia social. (tradução nossa). MIRANDA, Mariana. SPATELLA, Alessandra (Org.). SHAMBAUGH, David. **Il Modello Cina**. Roma: L'Asino d'oro, 2011.

Neste sentido, o Consenso de Pequim compreende diversos traços deste legado político deixado desde a época da política de portas abertas, e que vão ao encontro dos teoremas discriminados no “modelo chinês de desenvolvimento”¹³. De acordo com a plataforma online da Revista de Economia, “Economia Criativa”¹⁴ observa-se que no primeiro princípio do Consenso de Pequim, Ramo (2004) descreve que o compromisso com a inovação e a experimentação, combinados com fortes investimentos em alta tecnologia e em educação, são maneiras de aumentar a produtividade dos fatores da economia chinesa. E esta é uma das características deixadas por Deng, que trouxe desde 1978 este espírito de inovação e modernização. Mesmo quando algumas das tentativas deste projeto de experimentação e inovação não obtêm sucesso, ainda assim são assimiladas como positivas. Propondo-se a busca de um caminho próprio da China que vá ao encontro da economia globalizada, porém com “características chinesas”.

O segundo princípio descrito por Ramo (2004) fala de uma expansão “sustentável” e de maior igualdade na distribuição de ganhos. Taxas de crescimento econômico, apenas, não são parâmetros de desenvolvimento, é preciso promover políticas que estejam preocupadas com a melhoria da qualidade de vida. O processo de modernização iniciado por Deng Xiaoping acabou desencadeando um aumento significativo nos índices de desigualdade e uma disparidade entre o campo e a cidade (KURLANTZICK, 2013). Outros problemas crescentes na China referem-se à degradação do meio ambiente e à corrupção. Por isso, de acordo com Ramo, há claros sinais de que o foco do pensamento desenvolvimentista chinês esteja se voltando para discussões sobre sustentabilidade e igualdade. Ao passo em que a desigualdade é entendida como ameaça à estabilidade social, junto ao receio de que as taxas de crescimento acabem transbordando os limites estruturais de recursos, o governo chinês adotou o discurso da necessidade de um “desenvolvimento equilibrado”.

A terceira linha do Consenso de Pequim abarca a teoria da autodeterminação, descrição de como a China busca controlar seu próprio destino. “O poder emergente

13 Neste trabalho, “modelo de desenvolvimento chinês” corresponde ao termo Consenso de Pequim.

14 **Economia Criativa**. Disponível em:< <http://www.economiacriativa.com/ec/pt/eventos/china.asp>>

da China é baseado no exemplo do seu próprio modelo, a força de seu sistema econômico e defesa rígida da soberania nacional”, diz Ramo (2004), em seu artigo. Ele comenta ainda que este tema trata-se de política externa. O PCC tem como um de seus instrumentos a adoção de uma postura pacifista de ascensão, com vista a uma diplomacia multilateral, o discurso utilizado pelos líderes chineses emprega a tônica em uma ascensão baseada na paz com objetivo de estabelecer uma sociedade e mundo harmonioso, como vimos no capítulo anterior.

Esta estratégia de crescimento econômico bem sucedido aparece como um possível exemplo a ser seguido pelos países, em vias de desenvolvimento. Entretanto, mesmo dentro da China, há inúmeras críticas a respeito do próprio modelo chinês. Acredita-se que devido à China ainda possuir diversos problemas a serem superados é muito cedo para que esta sugerisse um modelo econômico a ser seguido (MENDONÇA, 2009).

Ainda segundo Mendonça (2009), o processo de abertura exigiu da China a adoção de uma postura diferenciada no sistema internacional. Tendo em vista, o pragmatismo como tônica de sua política externa, a China busca promover crescentes articulações de participação tanto em âmbito regional como mundial. Levando em conta, principalmente, que muitos países em desenvolvimento enxergam a China como um exemplo de sucesso econômico, os chineses procuram valer-se dessa “influência” para alcançar mais laços de cooperação e interação com os mesmos. Para dar continuação ao seu processo de desenvolvimento econômico, a China dá ênfase ao seu discurso de multilateralismo dialogando com os mais diversos países e vem criando, cada vez mais, grandes espaços de dinamização com países em desenvolvimento (KANG, 2007).

Em âmbito regional podemos notar a aproximação da China com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), formada por países com os quais a China possui fortes laços históricos e culturais e que está estreitamente conectada em termos econômicos. Desta maneira, o Sudeste Asiático torna-se um importante foco da política externa chinesa, que busca uma relação de boa amizade com seus vizinhos e um ambiente externo pacífico e harmonioso.

A participação chinesa em fóruns e instituições internacionais reflete também um aprofundamento dos vínculos econômicos da China com o mundo. Enxerga-se

assim, um papel mais atuante da diplomacia chinesa nos organismos internacionais bem como na política internacional. Como exemplo disto, vemos a criação do Fórum de Cooperação China-África; a participação chinesa na Organização para a Cooperação de Xangai (OCX); da ASEAN + 3 (China, Japão e Coreia do Sul); seu ingresso na OMC, bem como o engajamento da China em novos grupos como o G-20 e os BRICS. De acordo com Pautasso (2009), nessa perspectiva, a China tem buscado preservar a estabilidade internacional; alterar a correlação de forças do sistema internacional e garantir segurança para sua inserção internacional e seu desenvolvimento.

O rápido desenvolvimento chinês produziu mudanças importantes nas conexões internacionais entre Ásia e outras regiões do mundo. Nesse sentido, o continente asiático tem-se transformado em um polo dinâmico, ocupando uma posição cada vez mais importante no cenário internacional. A aproximação chinesa da África, até então considerada marginal na economia mundial, está sendo marcada por um salto qualitativo nas relações sino-africanas, adquirindo um papel fundamental nesse processo (VISENTINI, 2013).

Desta maneira, os estadistas chineses amparam-se em um amplo leque de instrumentos diplomáticos e econômicos para articularem o multilateralismo e alcançarem saldos positivos perante suas relações internacionais. A resposta dos países, tanto do Sudeste Asiático quanto do continente africano que estabelecem relações com a China, são percebidas numa visão de que a ascensão chinesa mais representa uma oportunidade do que uma ameaça (KANG, 2007).

A China contemporânea está passando por amplas transformações. Dai Binggou¹⁵ (2011), argumenta que depois de mais de trinta anos de reforma e abertura, o foco central da política chinesa é a construção econômica do país e a continuidade do processo da modernização socialista. A China passou de uma condição isolacionista de ênfase unilateral para uma abertura para o mundo externo e que privilegia o desenvolvimento da cooperação internacional.

15 Dai Binggou: Conselheiro de Estado (o mais alto funcionário na supervisão de política externa chinesa). *"Persisting with Taking the Path of Peaceful Development"* (Pequim: Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 6 dez 2010). KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução Cássio de Arantes Leite.- Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

De tal maneira, nos seguintes subcapítulos será abordada a interação chinesa com o Sudeste Asiático e com o continente africano, observando os reflexos do Consenso de Pequim nestas regiões.

4.1 A influência do modelo de desenvolvimento chinês e o Sudeste Asiático.

Após a região asiática ter passado por um longo período de domínio ocidental, no qual a China considera ter sido o “século de humilhação”, nota-se o crescente destaque chinês como potência regional em seu continente. De acordo com Carletti (2012), segundo a teoria realista, este crescimento poderia ter desencadeado uma atitude de resistência por parte dos vizinhos da China que estariam preocupados com o equilíbrio de poder na região. Porém, o que vem ocorrendo é notoriamente o oposto de confrontações a respeito do equilíbrio em termos de poder. Pode-se observar que os vizinhos da potência chinesa estão buscando rearranjos para acomodar o gigante asiático, pois esperam de sua ascensão tirar benefícios e não enxergam uma potencial ameaça.

Neste sentido, os vizinhos com os quais a RPC mantém relações estão tentando obter ganhos do crescimento chinês e buscam participar deste processo ao invés de tentar contê-lo. A postura adotada pela China de Ascensão/Desenvolvimento Pacífico, bem como a adoção da política de boa vizinhança, parecem surtir efeito tranquilizador nos vizinhos e servem como uma base de confiabilidade para com o país, no sentido em que favorece a continuação do processo de crescimento econômico chinês, sem confrontações com seus vizinhos. O governo chinês busca, então, acalmar seus vizinhos destacando que as preocupações chinesas compreendem apenas a defesa de sua soberania (CARLETTI, 2012).

No âmbito das intenções chinesas, adota-se por meio da atuação diplomática, uma postura sem pretensões territoriais que possa ameaçar seus vizinhos. Ao oposto disto, a China oferece benefícios econômicos e políticos a seus aliados. Como a RPC não demonstrava pretensões de domínio econômico ou de conquista territorial dos Estados vizinhos, com o emprego da força, o Sudeste Asiático sempre

teve a percepção constante da existência de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida (SHAMBAUGH, 2011).

É evidente a emergência de uma ordem na qual a China desempenha um papel dominante em seu continente. Desta forma, Ayhan (2010) argumenta que o país é visto como fonte de inspiração para a organização política dos Estados situados ao sul de suas fronteiras. Essa nova configuração das relações internacionais da Ásia, junto com um caráter mais ativo da China no cenário internacional, apagou o temor de seus vizinhos e fortaleceu a influência internacional chinesa também no plano diplomático e político.

Dentro do seu continente, a China desempenha um influente papel, principalmente, na região do Sudeste Asiático. Numa das regiões mais dinâmicas da economia internacional, verifica-se um mundo formado pela realidade de países e sociedades que, ao longo do tempo, assimilaram a matriz cultural chinesa e com ela estabeleceram laços de aliança ou parceria (PINTO, 2000). Sendo assim, é inevitável o estreito vínculo que faz com que os vizinhos mantenham fortes relações que se estabelecem além de contatos econômicos, pois há uma carga cultural enraizada. O efeito sobre esta herança compartilhada é a criação de dispositivos de governança e de interação civilizatória que são conduzidas pelas perspectivas do desenvolvimento da Ásia do Pacífico.

Destaca-se como reflexos da atuação chinesa, o desenvolvimento de esforços para fortalecer laços econômicos entre potências médias através de colaborações setoriais. De acordo com Pinto (2000), tal interação tem proporcionado a transferência e a consolidação de gerência com características chinesas para o Sudeste Asiático. Sendo assim, a influência atual de um conjunto de normas estabelecidas por tradição e processo histórico chinês só tende a aumentar, sobre uma enorme teia de valores que passam a fortalecer os vínculos entre a China, ultrapassando fronteiras de Estados ora existentes. Desta forma, observamos o surgimento de um bloco político de interesses recíprocos e de grandes proporções, que desempenhará um papel influente determinante no ritmo de integração e cooperação na Ásia.

Nesse processo, o fator decisivo é a importância dos laços culturais como fator de agregação, em oposição ao exercício da força, como garantia de esferas

hegemônicas, conforme ocorrido, com frequência naquela parte do mundo, desde a chegada dos ocidentais (PINTO, 2000).

A disciplina social, o espírito de coletividade, a importância da educação, a unidade familiar, todos estes são fatores culturais compartilhados, em que se baseiam a China e Sudeste Asiático, herança deixada pelo Confucionismo, configurando-se assim em uma “história compartilhada numa geografia determinada”, como afirma Pinto.

O ressurgimento da influência desse conjunto de valores, naquela parte do mundo, ocorre no momento em que o continente asiático, como um todo, passa por processo de redefinição de sua identidade cultural. Trata-se da “asanização da Ásia”, levando-a desvincular-se de todo o resquício da influência do colonialismo europeu e da bipolaridade ideológica pós-Segunda Guerra. Tal fenômeno, tendo como base a crescente autoconfiança proporcionada pelo progresso econômico, expressa-se através de um pragmatismo saudável, avesso a qualquer espírito de confrontação do tipo prevalente durante o período da guerra Fria. Procura-se, em suma, uma agenda regional própria de preocupações. (PINTO, 2000).

Nota-se, portanto, em perspectivas de desenvolvimento, políticas de integração e de regulação econômica que se vinculam à experiência, em curso no Sudeste da Ásia e da China, produzindo uma fórmula de integração de êxito, baseada em uma vontade de ter uma agenda comum de interesses e de manter os princípios do “regionalismo aberto”.

A relação com os *oveseas chineses*, ou chineses ultramarinos - pessoas afetadas pela influência cultural chinesa – é vista pela relevância de como suas raízes étnicas e valores compartilhados facilitaram, em grande parte, o processo de unificação de mercados e sistemas produtivos entre a China e o Sudeste Asiático. Nota-se o aparecimento de “estruturas econômicas regionais em construção”, resultantes da vontade dos Estados da área, interessados em manter um regionalismo aberto na Ásia-Pacífico (PINTO, 2000).

Kurlantzick (2013) afirma que o Consenso de Pequim ganhou notório espaço no Sudeste Asiático e, de acordo com levantamentos de valores políticos da região, muitas pessoas em muitas partes do Sudeste Asiático tem a vontade de abandonar seus valores democráticos para o crescimento mais elevado, fazendo parte de um tipo de sistema econômico dirigido pelo Estado forte.

O Sudeste Asiático está aprofundando cada vez mais suas relações econômicas e políticas com a China e essa cooperação só tende a crescer. Os países desta região possuem laços étnicos, culturais e históricos muito forte com a China. Um exemplo dessa interação é vista na “*bamboo network*”, que é uma rede de empresas chinesas que operam no Sudeste Asiático ligando as economias da região com a da China. Este advento não significa apenas investimentos chineses, mas isso também está ajudando a promover e criar uma economia regional interligada (KANG, 2007).

A ASEAN compartilhou dos mesmos princípios da Coexistência Pacífica, e após a inauguração da nova diplomacia chinesa, Deng Xiaoping insistiu para que todas as nações seguissem os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. Estes princípios foram elaborados pelo primeiro ministro Zhou Enlai entre 1953 e 1954 e foram incluídos no documento da Conferência de Bandung de 1955. Eles são considerados pilares da política externa chinesa, respeitando a mútua soberania e a não interferência em assuntos domésticos. Os cinco princípios são: respeito mútuo à soberania e integridade nacional; não agressão; não ingerência nos assuntos internos de um país por parte de outro; igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.

Os Cinco Princípios da Coexistência pacífica, além de significarem uma estratégia relevante para a política externa dos grandes países que estão em processo de desenvolvimento, representam uma estratégia para a constituição de um sistema internacional multipolar. (JIRU, 2004)

Devido ao processo de modernização chinesa, iniciado em 1979, foi possível um aprofundamento das relações entre China e Sudeste Asiático, criando condições para o desenvolvimento de um processo de cooperação. A transformação da política externa chinesa tornou-se mais evidente quando a RPC aumentou sua participação voluntária nos foros multilaterais enfatizando também benefícios mútuos em suas relações com países do Sudeste Asiático.

A constituição de *joint ventures*, como explicado no primeiro capítulo, é exemplo destes mecanismos de integração e dinamização econômica entre China e Sudeste Asiático. A política externa chinesa volta-se para a região a fim de consolidar uma regionalização integrada, além de promover a estabilidade regional.

A principal razão para este desempenho estabilizador chinês na região do Sudeste Asiático deve-se à adoção pelos países vizinhos de sistema político-social semelhante ao sistema chinês. Suas economias funcionam, de certa forma, de maneira similar e, através de intenso intercâmbio comercial, são complementares.

A lógica do sistema hierárquico, que é um senso compartilhado no continente asiático, foi trazida principalmente pelas ideias difundidas pelo Confucionismo. É por este motivo que o destaque chinês como potência regional não é tratado como um problema pelos vizinhos. Segundo Kang (2007) há uma “equação do custo-benefício” calculada nesta relação.

*When China was stable, the regional order was stable. The dominant power appeared to have no need to fight, and the secondary powers no desire to fight. Why? Three overlapping explanations account for the system's stability: the distribution of power and benefits reinforcing Chinese dominant; culture and ideas supporting a stable hierarchy; and the diffusion of chinese institutions and influence into the domestic politics of the other states comprising the system.*¹⁶

Neste sentido, novas formas de cooperação e integração, baseadas em valores culturais herdados de um período de influência chinesa, contribuem para o dinamismo na região, tornando-se um sistema que reflete a gama de seus valores compartilhados.

O crescimento econômico da China atraiu a atenção de muitos países do Sudeste Asiático, por ser um modelo que emprega abertura econômica, porém conserva as estruturas políticas internas. Modelo este, que Ramo descreveu como “Consenso de Pequim”. Tendo em vista a opinião da comunidade internacional, no sentido de questionar as influências chinesas em âmbito global, existem preocupações em relação ao tipo de influência que a China vem exercendo.

Como já foi dito, a RPC não usa uma tônica hegemônica na condução de seu projeto desenvolvimentista e nem pretende congrega seguidores, pois não se

16 Enquanto a China permaneceu estável, a ordem regional também esteve estável. O poder dominante parecia não ter necessidade de lutar, e os poderes secundários sem vontade de lutar. Por quê? Três explicações representam a estabilidade do sistema: a distribuição de poder e os benefícios reforço chinês dominante; cultura e idéias, apoiando uma hierarquia estável; e a disseminação de instituições chinesas e influência na política interna de outros Estados que constituem o sistema. Tradução (nossa). KANG, David C. **China Rising: Peace, Power and Order in East Ásia**. New York: Columbia University Press, 2007.

acredita em uma fórmula universal para atingir o desenvolvimento. Porém, a China deixa uma lição para os países que estão procurando se inserirem no sistema internacional e conduzirem seus processos de desenvolvimento: que procurem a fórmula do desenvolvimento dentro de si próprio. O fato é que nenhum país deve buscar um modelo externo a ser seguido, devem basear-se no seu próprio exemplo e elaborarem políticas que sejam compatíveis à superação dos problemas que o país comporta, criando condições para o desenvolvimento.

Mesmo assim, o Consenso de Pequim é visto, pela comunidade internacional, como um modelo de desenvolvimento que pretende impor paradigmas e muito se fala de uma aplicação de *soft power* chinês. A China vem tentando convencer as nações do Sudeste Asiático e do mundo, de que seu crescimento econômico é pacífico, dando ênfase ao “desenvolvimento pacífico” e a “política de boa vizinhança”. Estas são ferramentas utilizadas pelos líderes chineses, para promover a inserção internacional da RPC.

No que se refere à *soft power*, a China tem promovido a criação de Institutos Confúcio no Sudeste Asiático e no mundo todo, buscando causar uma imagem amigável chinesa e de combate a versão de “ameaça chinesa”, teoria que paira na comunidade internacional. A promoção dos valores confucianos chineses, também possui um significado implícito, que condiz com o que a China adota em seus princípios diplomáticos: “viver em paz com os vizinhos, trazer a prosperidade para eles, proporcionando-os segurança em busca de um mundo harmonioso” (AYHAN, 2010). Desde 2007, mais de 140 Institutos Confúcio foram fundados em todo o mundo, promovendo a disseminação da cultura chinesa em âmbito global.¹⁷

A China encontrou seu verdadeiro sentido na utilização de seu *soft power*, empregado tanto no Sudeste Asiático quanto em outras partes do mundo. Pois é através dele que a RPC pretende eliminar os receios de seus vizinhos e reafirmar que não representa uma “ameaça”, promovendo a teoria do desenvolvimento

17 Dados de : AYHAN, Kadir. China A New Superpower ? Dimensions of Power, Energy, and Security. East Asian Regionalization and China's Soft Power in Southeast Asia. BLGESAM Publications: Istanbul, 2010.No Brasil, foram estabelecidos diversos Institutos Confúcio. Tendo eles sede em diversos estados e no Distrito Federal: Pernambuco, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

pacífico, que não é apenas benéfica para a China, mas para toda a região (AYHAN, 2010).

O *soft power* da China no Sudeste Asiático aumentou significativamente em termos de cultura e política externa. Toda esta promoção de valores confucionistas e cursos de língua chinesa no exterior contribuem para a formação de uma região que compartilha valores. Devido a China manter o respeito da soberania em relação às nações do Sudeste Asiático, foi possível a expansão do *soft power* chinês na região. A intensificação do papel da RPC como membro responsável, cresce na mesma medida em que cresce a interdependência na região (AYHAN, 2010).

Esta “atratividade chinesa” foi criada por vários meios, incluindo a promoção de sua cultura, a diplomacia pacífica, a crescente participação em organizações internacionais bem como o exercício de atividades das empresas multinacionais chinesas no exterior. Tudo isto, apresentado junto aos benefícios que a crescente economia chinesa pode trazer ao sistema mundial, configura-se numa alteração de paradigmas a respeito da nação chinesa.

A China apresenta a economia em mais rápida expansão no mundo, este desenvolvimento tem proporcionado uma estabilidade na Ásia-Pacífico e tem contribuído para a integração regional. Desta forma, enxergamos a partir da análise da influência do Consenso de Pequim sobre o Sudeste Asiático, que os contatos que visam benefícios mútuos, proporcionam um maior desenvolvimento da região.

Pinto (2000) atenta-se ao fato de a RPC e os integrantes da ASEAN serem nações que possuem diferentes níveis de desenvolvimento, assim a macrorregião oferece oportunidades de cooperação em diferentes setores e patamares, com distintos graus de complementariedade, inclusive em tecnologia de ponta e oferta por bens e serviços.

O fator determinante que pactua as relações da China com o Sudeste Asiático está intrinsecamente relacionado à questão da formação de uma identidade cultural compartilhada pelos atores regionais, que gradativamente avançam e negociam uma agenda comum de preocupações (PINTO, 2000). Procura-se identificar características únicas de sua cultura, para justificar os avanços. Como exemplo, utilizar-se do “legado confucionista” que serve de base ideológica para justificar o fenômeno de crescimento acelerado em curso em algumas regiões asiáticas.

Deste modo fica clara a presença de valores que contribuem para tal aproximação chinesa. No capítulo subsequente se buscará gerar entendimentos a respeito da interação chinesa com nações do continente africano, esclarecendo de que maneira a China usa esta dinamização para promover sua inserção internacional.

4.2 A China na África novo modelo de inserção internacional

Os primeiros contatos da China com a África são datados desde o início do século XV, antes mesmo dos europeus, porém formam interrompidos por conta do vigor colonialista no continente africano. Desde a formação da República Popular da China, em 1949, nota-se uma mudança da conjuntura diplomática de Pequim, dada as transformações do cenário mundial e o contexto da Guerra Fria. Num primeiro momento, a China esteve voltada para seus problemas internos e não pretendia avançar nas relações com países africanos (devido poucos países da África terem conquistado sua independência), período correspondente à era de Mao Zedong, como vimos no início do capítulo.

Contudo, após a Conferência de Bandung, em 1955, com a adoção dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica” a China passa a apoiar efetivamente a descolonização do continente africano e a promover articulações com países recém-independentes da África. Esta conferência proporcionou o contato de Zhou Enlai com diversos líderes africanos (egípcio, etíope, líbio, sudanês, liberiano e ganense), favorecendo a aproximação das relações entre China e países da África, inaugurando-se relações oficiais sino-africanas (HONG-MING, 2004).

Na década de 1970, quando a China passa a ocupar um assento como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, somado à conjuntura internacional da época, nota-se uma ampliação da presença diplomática de Pequim no continente africano. Totalizando o estabelecimento de relações diplomáticas com 44 países africanos, antes do final da década de 70 (VISENTINI, 2013).

Com o advento das reformas de Deng Xiaoping, o início da década de 1980 marca um novo ponto de inflexão da política externa chinesa. A adoção de uma estratégia pragmática propôs uma redefinição da estratégia diplomática e política para a África. Já em meados do final da década de 1980, a China despontara com grande crescimento econômico e necessitava da África – tendo em vista seus recursos naturais e mercado consumidor – para dar continuidade ao seu processo de crescimento.

Devido ao ciclo de crescimento da Nova China, de 1949, ter se intensificado principalmente após a política de abertura e de reformas de Deng, a partir de 1978, as relações entre a China e o continente africano ganham forma e são conduzidas a uma tendência de aprofundamento (PAUTASSO, 2008).

Considerando o episódio ocorrido em Tiananmen, na Praça da Paz Celestial, muitas nações condenaram a China e efeitos negativos repercutiram perante a opinião internacional. Entretanto, na África fora diferente, muitos países prestaram apoio político à China e enxergavam as críticas ocidentais como tentativas de desestabilizarem o crescimento chinês (VISENTINI, 2013).

Naquele momento, apesar da pressão exercida pelas potências ocidentais, vários países africanos manifestaram apoio e simpatia à China: os governos egípcio, mauritano, ganense, togolês, gabonense, angolano, congolês e queniano declararam imediatamente que todo o acontecido na China dizia respeito a assuntos internos chineses e que eram contrários a qualquer intervenção nos seus assuntos internos. Ao mesmo tempo, vários dirigentes dos países africanos visitaram a China e continuaram mantendo e reforçando as relações de cooperação com a China. [...] O apoio dos países africanos ajudou a China a enfrentar um período dos mais difíceis (HONG-MING, 2004).

Com isto, a China passa a considerar uma estimada possibilidade de aliança política com alguns países africanos, principalmente em termos de apoio no âmbito das Nações Unidas. Percebe-se assim, um destaque sobre a importância da política para a África no desempenho da política externa chinesa.

De acordo com Pautasso (2009), o movimento de universalização da Política Externa chinesa tem sido galgado por mudanças internas e internacionais. Ele afirma que o surpreendente crescimento econômico chinês produz uma demanda maior de insumos (petróleo, minérios e alimentos) bem como a busca de mercados.

Pautasso aponta que o fortalecimento das vias diplomáticas chinesas, considerando as oportunidades e desafios consagrados pela transformação sistêmica, proporcionou a constituição de novos alinhamentos na política internacional. Xavier (2011), afirma que as relações sino-africanas expressam a transição sistêmica e a configuração do novo ordenamento mundial.

Desta forma, a África enquadra-se como pauta de grande relevância em assuntos internacionais chineses e verifica-se um avanço significativo da ajuda econômica chinesa no continente. Provocando o aumento de indústrias em regime de *joint ventures*, que propõem o aprofundamento da integração econômica sino africana. Tendo em vista também, a contribuição africana para o atendimento das necessidades chinesas, tanto em termos econômicos quanto políticos, o continente africano se encaixa na diplomacia *zhoubian*¹⁸, que prevê a intensificação de relações com países periféricos.

Seguindo a lógica de institucionalização de medidas de fomento às economias africanas, apoiando o empresariado e as empresas estatais chinesas, assim como as iniciativas governamentais, foi criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, com o objetivo de aumentar e coordenar a cooperação sino-africana, e garantir benefícios mútuos (VISENTINI, 2013).

O Fórum de Cooperação China-África representa a consolidação e o aprofundamento das relações sino-africanas, acompanhando os indícios das transformações sistêmicas. Ocorrem por meio de Conferências Ministeriais, com frequência trienal, as definições dos Planos de Ação e orientações pragmáticas da cooperação entre China e países africanos, logrando o funcionamento do FOCAC. Estes encontros são promovidos com alternância, entre Pequim e um país africano, sendo que o primeiro ocorreu em Pequim reunindo aproximadamente 80 ministros de mais de 40 países africanos e representantes de 20 organizações internacionais ou regionais, participando deste fórum, também, o Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA) (GAZIBO, MBABIA, 2012).

O FOCAC tem confirmado a habilidade de aproximar líderes chineses e africanos, gerando maior interação comercial e coordenação política. Este Fórum

¹⁸ Diplomacia Zhoubian, é a diplomacia chinesa voltada para países periféricos.

reflete uma relação de ganhos mútuos de longo prazo e vem construindo uma gama de atuações diplomáticas, que visam promover avanços das relações sino-africanas. Desta maneira, é favorecido também o enfoque da cooperação Sul-Sul, promovendo uma abertura para diálogos e relações entre os países periféricos.

O surgimento de novos alinhamentos econômico-diplomáticos e o processo de multipolarização tem se intensificando ao passo que se dá a emergência dos países periféricos. Portanto, percebe-se um movimento contínuo de possíveis diálogos e cooperações entre países que ainda estão em sua fase de desenvolvimento. Nota-se assim, que a China não está sozinha neste processo, outros países emergentes estão trilhando este caminho também, buscando seu lugar no sistema internacional, na tentativa de desvencilharem-se cada vez mais das antigas dependências de potências hegemônicas, que não geravam saldos tão positivos para o desenvolvimento dos países.

A ascensão da China e as transformações do sistema internacional estão bastante atreladas a este processo de aproximação e diálogo entre países ainda em emergência, que se encontram deslocados ao modelo proferido pelas grandes potências. Estes países estão à procura de novas maneiras de promoverem seu desenvolvimento e darem continuidade ao processo de inserção internacional.

O Consenso de Pequim parece manifestar de acordo com Thompson (2005), fortes demonstrações do *soft power* chinês, sobretudo na construção de suas relações com a África. O *soft power*, de acordo com os termos definidos por Joseph Nye, inclui a cultura de um país, os valores políticos, a política externa e atração econômica, como fatores essenciais da força de uma nação, proporcionando a capacidade de convencer outras nações a adotarem voluntariamente os mesmos objetivos (THOMPSON, 2005).

Mesmo o *soft power* não sendo um instrumento que a China declare empregar, o Consenso de Pequim demonstra sinais que influenciam os países em desenvolvimento, bem como os africanos, que compartilham com a China muitos problemas de cunho sócio-político (XAVIER, 2011). Porém, o objetivo chinês não é o de impor um modelo a ser seguido por países africanos, mas trilhar um caminho possível de desenvolvimento, sugerindo maiores oportunidades, no atual cenário mundial globalizado, de crescimento.

A relação da RPC com os países africanos têm significado, em muitos sentidos, benefícios para ambas às partes. No FOCAC, nota-se a construção dos passos de cooperação através dos Planos de Ação. O Plano de Ação (2010-2012) ¹⁹ direcionou as discussões para os seguintes pontos:

[...]apoio à reconstrução africana e à paz no continente, com prioridade para conceito de “resolução de problemas africanos pelos africanos”; cooperação internacional, buscando aprofundar a parceria na OMC (G-20), a democratização dos organismos multilaterais (ONU), o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e a universalidade sem politização dos direitos humanos; a cooperação econômica no âmbito da segurança alimentar, do desenvolvimento empresarial, das obras infraestruturais, das políticas públicas (saúde, educação, etc.), entre outros (PAUTASSO, 2009).

De acordo com o *white paper* do *China's Foreign Aid* (2014)²⁰, que o governo chinês publicou sobre a cooperação comercial e econômica entre China-África, a RPC tem desenvolvido ativamente sua cooperação com os países africanos e promovido o desenvolvimento de suas relações com o continente.

O significado deste *white paper*, é uma demonstração oficial (por tratar-se de uma manifestação do governo chinês), da importância que a África tem no sistema internacional como um todo e nas relações com a China em especial. Além do mais, serve de argumento material de que Pequim possui uma política externa estabelecida para todo o continente Africano, embora, existam variações significativas de país para país.

A ajuda chinesa é vista em várias áreas de cooperação, como na agricultura, saúde e educação. No âmbito da cooperação agrícola, a China instituiu 14 centros de demonstração de tecnologia agrícola na África, entre 2010 e 2012, além de ter enviado diversos especialistas para realizarem uma cooperação técnica. A China tem se comprometido em ajudar os países africanos a melhorar suas condições médicas e de saúde, existem mais de 43 equipes médicas chinesas em 42 países africanos. A China também ajudou na construção de 30 hospitais e de centros de

19 Forum on China-Africa. **Africa Cooperation Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012)**. Disponível em:< <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm>>. Acessado em: 20/06/2014.

20 Ver documento completo em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-07/10/c_133474011.htm>

prevenção contra a malária, fornecendo 800 milhões de yuans em equipamentos e suprimentos médicos e treinou mais de 3.000 profissionais de saúde para os países africanos. Em se tratando de educação, a China construiu 150 escolas primárias e secundárias e treinou 47.000 pessoas de várias profissões durante o período de três anos.²¹

Estes investimentos feitos por Pequim servem de reforço para comprovarem as intenções chinesas, que não pretendem manter uma relação apenas de exploração dos recursos naturais, mas sim estabelecer uma ligação mais profunda e duradoura com o continente africano (VISENTINI, 2013). Servindo também para a China, como instrumento positivo para sua inserção internacional, pois ela se utiliza de seu papel como potência, responsável, em emergência, que pretende promover a condução para um mundo harmonioso e um sistema internacional mais equânime, enfatizando a importância da cooperação Sul-Sul.

Cabe ressaltar, que o intuito desta análise, que percorre conceitos da política externa chinesa para a África, é o de estabelecer entendimentos sobre a postura diplomática da China para os países africanos. Considerando, evidentemente, que as relações da China com os países do continente africano não se dão de maneira uniforme, mas considera-se que existem traços gerais que podem ser conferidos nos relacionamentos da China com cada país.

As relações sino-africanas não causam impactos tão somente para a África, a política externa da china para o continente marca passos para sua inserção internacional, bem como sua posição como potência regional e logra importantes resultados para Pequim. Dito isto, Hong-Ming (2004), considera que:

[...] a política chinesa na África fundamenta-se, em primeiro lugar, nas suas considerações estratégicas e diplomáticas. As relações com os países africanos constituem um dos principais componentes da estratégia diplomática da China. As autoridades chinesas têm plena consciência de que, se a China perder a África, sua influência internacional ficará muito enfraquecida. Se o desenvolvimento da economia chinesa constitui um dos meios para alçar-se à posição de grande potência regional, os recursos políticos e econômicos africanos poderiam facilitar, em certa medida, a sua obtenção.

21 Dados de acordo com o site *Forum on China-Africa Cooperation*: <<http://www.fmprc.gov.cn>>

A tendência chinesa de estabelecer vínculos de cooperação com países africanos e com outros países do “Terceiro Mundo” é uma maneira de influenciar, coletivamente, o sistema internacional à multipolarização. Como vimos durante este capítulo, o continente africano não é apenas fonte de exploração de matéria-prima e mercado, mas é um parceiro importante em termos políticos para a RPC.

Em suma, num primeiro momento, o objetivo da política chinesa para a África foi o de estimular a influência da China sobre o continente, fortalecendo a posição chinesa junto à opinião internacional. Transformando em uma estratégia, segundo Brautigam (2009), de “tornar-se global”, além de provocar a aceleração do processo de evolução do panorama mundial para o estabelecimento de um mundo multipolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o “Consenso de Pequim” foi um termo utilizado para conceituar o modelo chinês de desenvolvimento. Enfatiza-se ainda, que o surgimento do conceito foi oriundo de estudos de um americano, não demonstrando a China uma vontade explícita em estabelecer características de uma possível “fórmula de desenvolvimento” baseada em sua experiência. No início do trabalho vimos que o Consenso de Pequim representa um contraponto ao Consenso de Washington, enquanto o primeiro apresenta características do modelo chinês desenvolvimento, o último representou um conjunto de recomendações políticas e econômicas a serem seguidas, a fim de se alcançar o desenvolvimento, porém o mesmo mostrou ser pouco eficiente, tendo em vista as consequências desastrosas nos países que acolheram as medidas.

Sem o emprego de uma tônica hegemônica, a China tem alcançado uma ampla gama de diálogos com os mais diversos atores do sistema internacional, especialmente com países ainda em desenvolvimento. Nas últimas décadas, a RPC tem ganhado voz e participação efetiva no âmbito do sistema internacional, fazendo parte de importantes fóruns e organizações internacionais e vem destacando-se por seu surpreendente despontar econômico. Desta forma, a China emerge no cenário internacional como uma potência econômica e um agente fundamental na formação da ordem política global (KISSINGER, 2011).

Mesmo como toda a desconfiança, que paira em meio à arena internacional sobre suas intenções, os líderes chineses utilizam o discurso baseado na paz e na constituição de um mundo harmonioso, buscando, desta forma, promover sua ascensão de maneira pacífica. A China vem tentando estabelecer uma imagem de potência disposta a cooperar, pois é através da cooperação e, sobretudo, no processo de contato com outros países, que será viabilizada a possibilidade de fazê-los compreender a China, bem como talvez influenciá-los de alguma maneira. Mas, influência no sentido de fazer com que estejam mais abertos a abraçarem novos caminhos e compreenderem novas propostas e visões de mundo, não no sentido de congregar seguidores de seu modelo.

Frente a isso, busca-se deixar para traz concepções tradicionais de China, que apenas estão preocupadas, ou em explorarem o mercado chinês, ou em procurarem maneiras de conter o país (RAMO, 2004), deixando de enxergar a China como um perigo ou ameaça.

A análise dos elementos políticos, históricos e culturais, que fazem parte da unicidade da experiência chinesa, foi fundamental para estabelecermos compreensões acerca do comportamento chinês e vimos à importância de como aspectos de raízes tão antigas, ainda hoje influenciam a maneira de agir do povo chinês. Outro elemento característico do modelo chinês de desenvolvimento está atrelado à condução de uma política que utiliza um regime de partido único do PCC, desde 1949. Devido ter alcançado altos níveis de crescimento econômico, a China é capaz de fornecer um modelo no qual o governo se posiciona de forma preponderante e se sustenta com o consentimento da eficácia que usa os mercados para criar riquezas e sustentar o crescimento econômico chinês. Diferentemente do modelo ocidental de modernização, que exhibe um sistema de mercado livre e anda de mãos dadas com um sistema de democracia liberal.

Evidentemente, o modelo chinês também apresenta diversas limitações. Problemas referentes ao aumento de índices de desigualdade social, degradação do meio ambiente, corrupção e questões sobre direitos humanos, são os principais tópicos.

Entretanto, deve-se ter em mente que o modelo chinês de desenvolvimento ainda está em seu processo de construção e existem muitos desafios a serem superados. É por estas e outras implicações, já explicitadas ao longo do trabalho, que não se acredita numa possível aplicação do Consenso de Pequim a outros países, mas, mesmo assim, foram considerados os sinais que o mesmo vem transmitindo de que pode servir como uma experiência inspiradora a ser compartilhada com o mundo. Contudo, sua experiência servirá apenas de lição para todos os países, principalmente os que ainda estão em desenvolvimento. A China possui um modelo único e complexo constituído por sua história e particularidades, dificilmente seria aplicável a outros países, tendo em vista as particularidades de cada um, tornando-se inviável um modelo uniforme a ser aplicado em diferentes nações.

No entanto, vimos que há elementos que estão influenciando alguns países, principalmente do Sudeste Asiático e alguns países da África. Devido à China ter um histórico de laços e traços culturais compartilhados com seus vizinhos do Sudeste Asiático, fica bem elucidado o fato de tamanha influência e troca de experiência. A influência contemporânea de um conjunto de normas estabelecidas por tradição e processo histórico chinês, são fatores de agregação e progresso no Sudeste asiático (PINTO, 2000). Já a relação da China com o continente africano faz parte de assuntos de política externa chinesa, além de questões relacionadas à necessidade de mercado e fonte de matéria prima. Porém, vimos no último capítulo, que esta relação não é baseada em intensões meramente exploratórias, há claros sinais do estabelecimento de vínculos duradouros, pois a China respeita e considera os países do continente africano como importantes atores do sistema internacional.

A China tem participado de diferentes fóruns econômicos multilaterais e isto tem consagrado não apenas abertura econômica, mas vem contribuindo para a construção de uma nova ordem econômica. Evidentemente, isto não representa tão somente uma postura que tem repercussões econômicas, mas também políticas, dando claros sinais de que a China quer se inserir e participar do sistema internacional como um ator “normal” e “responsável”, dando ênfase, especialmente, para relações de cooperação Sul-Sul (MENDONÇA, 2010).

No que tange questões sobre o desenvolvimento de sua política externa, observou-se que o governo chinês adota uma postura pragmática e que tem trabalhado para o fortalecimento de uma ordem mundial multipolar, no qual a China vai dividir espaço junto a outros atores internacionais.

Os aspectos mais marcantes da diplomacia chinesa baseiam-se, primordialmente, no princípio da independência e autonomia, preservando questões e assuntos domésticos, sem tolerar qualquer interferência externa. Busca-se também manter relações amigáveis e de cooperação com todos os países, de acordo com os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”. A partir de sua abertura, a China procura promover intercâmbios e cooperar com todos os países nos campos do comércio, da economia, da ciência, da tecnologia e da cultura, fundamentando-se na igualdade e nas vantagens recíprocas. Desta maneira, o objetivo da política externa protagonizada por Pequim, é estabelecer uma nova ordem política mundial

que proporcione uma posição favorável à China, tendendo a aumentar o poder de participação e voz ativa chinesa em assuntos internacionais.

O Consenso de Pequim parece transmitir uma rica sensação de percepções chinesas, de que sua experiência pode beneficiar diversos países com os quais mantém relações, acompanhando o processo de transformação do sistema internacional e considerando, em especial, o quadro de mudanças geopolíticas mundiais que evidenciam o eixo África e Ásia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYHAN, Kadir. **China A New Superpower ? Dimensions of Power, Energy, and Security**. East Asian Regionalization and China's Soft Power in Southeast Asia. BLGESAM Publications: Istanbul, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto. GIAMBIAGI, Fábio. **Morte do Consenso de Washington?** BNDS nº103: Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/td-103.pdf>. Acessado em: 12/05/2014.

AMARAL, Gabriela G.. A “Ascensão Pacífica” na Evolução da Diplomacia Chinesa nas Últimas Décadas. **Revista Aurora**, v. 6, nº1, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewArticle/2719>> Acessado em: 30/01/2014.

BAEK, Seung-Wook. Does China Follow "the East Asian Development Model"? **Journal of Contemporary Asia**. Seoul: Vol. 35 No. 4, 2005.

BRAUTIGAN, Deborah. **The Dragon's Gift**. Oxford University Press, 2009.

BARABANTSEVA, Elena. **The Party- State's Transnational Outreach: Overseas Chinese Policies of the PRC's Central Government**. Tuebingen – Alemanha. Greater China Occasional Papers nº 2, 2005. Disponível em:< <http://www.uni-tuebingen.de/uploads/media/2.pdf>> Acessado em: 19/05/2014.

BRUNO, Francisco Neto. **Teoria geral do Estado e Direito Constitucional XVIII – ESTADO ANTIGO**. São Paulo, 2008. Disponível em:<<http://profbruno.com.br/aulas2/02%20TEORIA%20GERAL%20DO%20ESTADO%20-%20TGE/RES%2018a%20AULA%20-%20ESTADO%20ANTIGO.pdf>> Acessado em 09/06/2014.

CABRAL, Severino. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. **Rev. bras. intr.** [online]. 2000, vol.43, n° 1, p. 24-42. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100002&script=sci_arttext> Acessado em: 10/06/2014.

CARLETTI, Anna. A Ascensão Pacífica da China. **Jornal NotiSul**, Santa Catarina: 2011. Disponível em <http://www.notisul.com.br/n/geral/a_ascensao_pacifica_da_china-29602> Acessado em: 12/12/2013.

_____. **A Política de Boa Vizinhança Chinesa e a Construção da Integração Regional Asiática.** FINATEC, Brasília : 2012.

CARRIÇO, Alexandre. **Grande Estratégia e o <sonho da China> de Xi Jinping.** *Relações Internacionais* [online] 2013, n° 38, p. 23-33. Disponível em:< http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1645-91992013000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acessado em: 02/06/2014.

CHENG, Long; YANG, Ping. China Model in Globalization Process. **Journal of Globalization Studies**, v.3, n° 1, Maio, 2012. Disponível em: <http://www.sociostudies.org/journal/jogs/archive/2012_1/> Acessado em: 09/02/2014.

COLLOTTI Pischel, Enrica. **La Revolución china 1 e 2.** México, DF: Ediciones Era, 1976.

COSTA, Juliana Ribeiro. Crescimento Chinês: Ameaça ou Oportunidade? A visão Realista do Desenvolvimento da China e suas Implicações para o Sistema Internacional. **Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais:** 2011. Disponível em:< <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/2448>> Acessado em: 31/05/2014.

DIRLIK, Arif. "Beijing Consensus: Beijing 'Gongshi.'" **Globalization and Autonomy Online Compendium**. Retrieved from: Univerity of Oregon, 2006. Disponível em:< http://www.ids-uva.nl/wordpress/wp-content/uploads/2011/07/9_Dirlik1.pdf> Acessado em: 15/03/2014.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>> Acessado em: 25/01/2014.

Forum on China-Africa. Africa Cooperation Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012). Disponível em:< <http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/dsjbjzjhy/hywj/t626387.htm>>. Acessado em: 20/06/2014.

GAZIBO, Mamoudou; MBABIA, Olivier. Reordering International Affairs: The Forum on China-Africa Cooperation. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations** – v.1 n.1, Jan/June 2012. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/27992/18014>>. Acessado em: 21/07/2014.

HARNECKER, Marta. **La Comuna Popular China**, La Comuna Popoular Chilying como um ejemplo, 2008. Resumen con subtítulos del libro de Chun Li y Tien Chie-Yun. **¿Cómo es la comuna popular?**, Ediciones en lenguas extranjeras, Pequim, 1976. Disponível em:<<http://pt.slideshare.net/majano1/comuna-popular-china>>. Acessado em: 20/03/2014.

HIRSCHMAN, Charles. **Chinese Identities in Southeast Asia: Alternative Perspectives**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1988. Disponível em:< <http://faculty.washington.edu/charles/pubs/1988-chineselidentitiesinSoutheastAsiaAlternative.pdf>> Acessado em: 10/02/2014.

JACOB, Jabin. China in Southeast Asia: The Search for a Chinese Model of International Relations. Institute of Chinese Studies. **Sage Journals**: Delhi, India, 2012. Disponível em: < <http://chr.sagepub.com/content/48/3/317>> Acessado em: 15/02/2014.

JIRU, Shen; HONG-MING, Zhang . A Estratégia Internacional Chinesa no Século XXI. **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: EDUCAM, Editora Universitária Candido Mendes; CEAA, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2004.

Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceaa-ucam/20121123114130/abrindo.pdf>> Acessado em 10/07/2014.

KANG, David C. **China Rising: Peace, Power and Order in East Ásia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução Cássio de Arantes Leite.- Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOTOSZ, Balázs. Washington, Brussels, and Beijing Consensus. **Analecta Technica Szegedinensia**, v.1, n° 2, p 27-33. Hungria: Institute of Economics and Rural Development, Faculty of Engineering, University of Szeged, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/3406586/Washington_Brussels_and_Beijing_Consensus> Acessado em: 13/02/2012.

KURLANTZICK, Joshua. **China's Model of Development and the "Beijing Consensus"**. China US Focus, 2013. Disponível em: <<http://www.chinausfocus.com/finance-economy/chinas-model-of-development-and-the-beijing-consensus/>> Acessado em: 10/12/2013.

KWOK-WAH, Yip. The Uniqueness of China's Development Model: 1842–2049. **World Scientific**, 2011. Disponível em: <<http://www.worldscientific.com/worldscibooks/10.1142/8429#t=toc>>. Acessado em: 05/04/2014.

LO, Dic. **China, the 'East Asian Model' and Late Development**. Department of Economics, School of Oriental and African Studies, University of London, 2003. Disponível em: <<http://www.soas.ac.uk/economics/research/workingpapers/file28847.pdf>> Acessado em: 03/02/2014.

MENDONÇA, Bruno Macêdo. A Transição de Deng Xiaoping e a China Contemporânea: Continuidade e Aprofundamento na Era Globalizada. Universidade de Brasília: **Instituto de Relações Internacionais**, 2009. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1142/1/2009_BrunoMacedoMendon%C3%A7a.pdf> Acessado em: 15/07/2014.

MIRANDA, Mariana. SPATELLA, Alessandra (Org.). SHAMBAUGH, David. **II Modelo Cina**. Roma: L'Asino d'oro, 2011.

NÓBREGA, Thiago Freitas. A Emergência da China. **Instituto de Relações Internacionais** Universidade de Brasília, 2009. Disponível em:<<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1096?mode=full>> Acessado em: 14/05/2014.

OLIVEIRA Porto, Amaury. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Revista Brasileira de Política Internacional** 46 (1): 138-160, 2003. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/pdf/358/35846206.pdf>>

PAUTASSO, Diego. **O comércio exterior na universalização da Política Externa Chinesa no século XXI**. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais. Brasília In: Meridiano 47 n. 113, 2009. Disponível em:<<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/494/311>> Acessado em: 09/07/2014.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

PROPÍCIO, Argemiro (Org.). VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Século da China**. Curitiba: Jurua, 2010.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus**, United Kingdom's Foreign Policy Centre, 2004. Disponível em:< <http://fpc.org.uk/fsblob/244.pdf> >Acessado em: 06/12/2013.

SANTOS, Theotonio. **O Consenso de Pequim**, 2009. Disponível em: <<http://theotoniodossantos.blogspot.com.br/2009/07o-consenso-de-pequim.html>>Acessado em: 08/12/2013.

SERRA, Almeida A. M. **China: as reformas económicas da era pós-Mao**, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), Portugal. Disponível em:<<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/chinarevmac.pdf>>. Acessado em: 14/04/2014.

SEMERENE, Bárbara. **A contribuição da filosofia confucionista**. Universia, 2006. Disponível em:<<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2006/11/08/428958/cultura.pdf>> Acessado em: 05/05/2014.

SOON, Ling Tek. Perception of Reform: “China Model” as Affirmation? **International Journal of China Studies**, University of Malaya / Tsinghua University, v.2, n°1, p. 99-113. Disponível em: < <http://ics.um.edu.my/images/ics/IJCSV2N1/ling.pdf>> Acessado em: 10/02/2014.

THOMPSON, Drew. **China’s Soft Power in Africa: from the “Beijing consensus” to health diplomacy**. China Brief, v.5, n° 21, October 13, 2005. Disponível em:<http://csis.org/files/media/isis/pubs/051013_china_soft_pwr.pdf>. Acessado em: 02/07/2014.

TURIN, Dustin. The Beijing Consensus: China’s Alternative Development Model. **Student Pulse**, v.2, n° 1, p 3, 2010. Disponível em: <<http://www.studentpulse.com/articles/134/3/the-beijing-consensus-chinas-alternative-development-model>> Acessado em: 11/02/2014.

VELASCO, Solange. O Papel do Estado Chinês: Reflexões a partir da Transformação do Capitalismo Contemporâneo. **GEAP- PUC/ São Paulo**: 2006. Hall, John A. States and Economic Development: Reflections on Adam Smith. Disponível em:< <http://www.pucsp.br/geap/artigos/VELASCOsolange.PDF>> Acessado em: 11/06/2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia e Política** v.19, n°: suplementar: 151-154, 2011. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81701/000819665.pdf?sequence=1>> Acessado em 01/06/2014.

. A África e as Potências Emergentes. Nova Partilha ou Cooperação Sul-Sul? (A presença da China, do Brasil e da Índia)
CEBRAFRICA, Editora Leitura XXI: Porto Alegre, 2013.

You Can't Get There from Here: Reflections on the "Beijing Consensus", 2005. Paper for the International Symposium on the "China Model or Beijing Consensus for Development" Tianjin Normal University, Tianjin, China.

XAVIER, Nathaly Silva. **A Política Externa Chinesa e a Recepção dos Países Africanos**: O Contraste entre Zâmbia e Angola (1989-2009). Porto Alegre: 2011
Disponível em:<
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29395/000776662.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 08/06/2014.